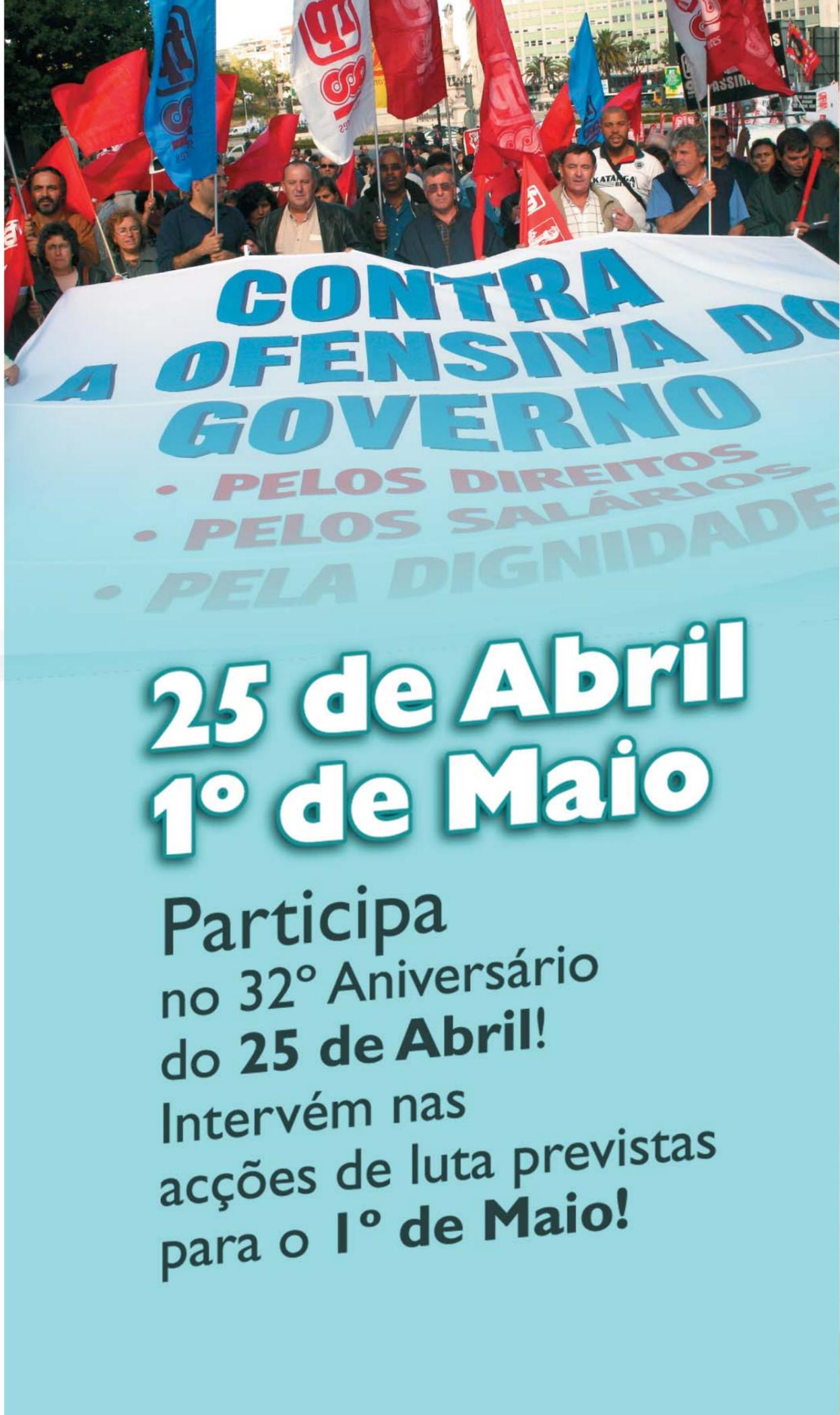


ctt correios
TAXA PAGA
PORTUGAL
CONTRATO 37768

PUBLICAÇÕES
PERIÓDICAS

AUTORIZADO A CIRCULAR
EM INVÓLUCRO FECHADO
DE PLÁSTICO
DEBEMOS ABRI-SE PARA
VERIFICAÇÃO POSTAL

FENPROF • Rua Fialho de Almeida, 3
1070-128 LISBOA



**CONTRA
A OFENSIVA DO
GOVERNO**

- PELOS DIREITOS
- PELOS SALÁRIOS
- PELA DIGNIDADE

**25 de Abril
1º de Maio**

Participa
no 32º Aniversário
do **25 de Abril!**
Intervém nas
acções de luta previstas
para o **1º de Maio!**

JORNAL DA FENPROF

Federação Nacional dos Professores
Director: Paulo Sucena | nº 208 | Março 2006 | 0.50 Euros

ECD com história
HOJE COMO ONTEM
"Nos últimos tempos alguns governos
e instituições intergovernamentais têm
pressionado no sentido da introdução
de sistemas de avaliação externos
ao trabalho docente"
Pág. 12



MINISTRA NÃO SABE OUVIR NEM DIALOGAR E PADECE DE RESSENTIMENTO

Paulo Sucena em entrevista ao JF





Propriedade, Redacção e Administração

Federação Nacional dos Professores
Rua Fialho de Almeida, 3
1070-128 LISBOA
Tels.: 213819190 - Fax: 213819198
E-mail: fenprof@fenprof.pt
Home page: <http://www.fenprof.pt>

Director: Paulo Sucena

Chefe de Redacção: Luís Lobo
luis.lobos@sprc.pt

Conselho de Redacção: António Avelãs e Manuel Grilo (SPGL), António Baldaia (SPN), Fernando Vicente (SPRA), Nélcio de Sousa (SPM), Luís Lobo (SPRC), Manuel Nobre (SPZS)

Coordenação: José Paulo Oliveira
jppo@sapo.pt

Paginação e Grafismo: Tiago Madeira

Composição: FENPROF

Revisão: Inês Carvalho

Impressão: SOCTIP - Sociedade Tipográfica, S.A.
Estrada Nacional, nº 10, km 108.3 - Porto Alto
2135-114 Samora Correia
Tiragem média: 70 000 ex.
Depósito Legal: 3062/88
ICS 109940

O "JF" está aberto à colaboração dos professores, mesmo quando não solicitada. A Redacção reserva-se, todavia, o direito de sintetizar ou não publicar quaisquer artigos, em função do espaço disponível. Os artigos assinados são da exclusiva responsabilidade dos seus autores.

Sindicatos membros da FENPROF



SINDICATO DOS PROFESSORES DA GRANDE LISBOA
R. Fialho de Almeida, 3 - 1070-128 Lisboa
Tel.: 213819100 - Fax: 213819199
E-mail: spgl@spgl.pt
Home page: www.spgl.pt

SINDICATO DOS PROFESSORES DO NORTE
Edif. Cristal Park
R. D. Manuel II, 51-3º - 4050-345 Porto
Tel.: 226070500 - Fax: 226070595
E-mail: geral@spn.pt
Home page: www.spn.pt

SINDICATO DOS PROFESSORES DA REGIÃO CENTRO
R. Lourenço Almeida de Azevedo, 20
3000-250 Coimbra
Tel.: 239851660 - Fax: 239851666
E-mail: sprc@sprc.pt
Home page: www.sprc.pt

SINDICATO DOS PROFESSORES DA ZONA SUL
Av. Condes de Vil'Alva, 257
7000-868 Évora
Tel.: 266758270 - Fax: 266758274
E-mail: spzs.evora@mail.telepac.pt

SINDICATO DOS PROFESSORES DA REGIÃO AÇORES
Av. D. João III, Bloco A, Nº 10
9500-310 Ponta Delgada
Tel.: 296205960 - Fax: 296269698
Home page: www.spra.pt

SINDICATO DOS PROFESSORES DA MADEIRA
Edifício Elias Garcia, R. Elias Garcia,
Bloco V-1º A - 9054-525 Funchal
Tel.: 291206360 - Fax: 291206369
E-mail: spm@netmadeira.com
Home page: www.spm-ram.org

SINDICATO DOS PROFESSORES NO ESTRANGEIRO
Sede Social: Rua Fialho de Almeida, 3
1070-128 Lisboa
Tel.: 213833737 - Fax: 213865096
E-mail: spfenprof@hotmail.com
Home page: www.spfenprof.org

Governo Português condenado por desrespeito à Constituição da República Portuguesa

Ès quinze horas do passado dia 24 de Março, reuniu em Lisboa o Tribunal que viria a julgar o governo português por "desrespeito à dignidade profissional e pessoal dos trabalhadores da administração pública e por degradar a qualidade e acessibilidade dos serviços e direitos dos cidadãos, tornando-os mercadorias, por assumir uma postura de subjugação face aos interesses económicos privados e por praticar a destruição das funções sociais do Estado".

Um extenso rol de acusações todas dadas como provadas.

Assim, a acusação lembrou os ataques dirigidos aos trabalhadores em particular, designadamente pelo facto de o governo "fomentar a precariedade e a instabilidade laboral através do contrato individual de trabalho, na ameaça de colocação de milhares de trabalhadores em supranumerários, contratos a termo certo, recibos verdes, programas ocupacionais, falsos estágios, aluguer temporário de mão de obra..."

O Libelo "Acusatório do Tribunal de Opinião Pública, realizado pela Frente Comum, ataca fortemente as opções do governo em matéria de serviços públicos, manifestando-se contra o encerramento de hospitais e maternidades, serviços de atendimento permanente, contra o aumento das taxas moderadoras, desinvestindo nos cuidados de saúde primários, diminuindo os medicamentos comparticipados e alargando o negócio a privados — uma situação na Saúde

que faz com que, em Portugal, os utentes do SNS tenham de pagar já parte significativa das despesas, cerca de 40%.

Foi de grande projecção a iniciativa na Casa

do Alentejo. Justiça, Segurança, Notariado, estabelecimentos Fabris das Forças Armadas, Administração Local, Política da Água, Agricultura, tudo e todos sob mira do massacre dos serviços públicos, numa caminhada que tem de ser parável, unindo esforços, mobilizando vontades, tomando a iniciativa.

A acusação ao governo não podia esquecer a Educação. O ataque ao direito de exercício da actividade sindical, o direito de greve, o direito de opinião e de reunião...

tudo, tudo está a ser cilindrado, apesar da resitência e da acção. E se estas não são suficientes é urgente adicionar mais força à torrente. O encerramento de milhares de escolas com 2 a 200 alunos, cego e frio, constitui um dos mais poderosos e determinados ataques ao direito à educação pública, inclusiva, democrática e universal. É um dos mais largos passos para a privatização da Educação e do Ensino, ao mesmo tempo que se abastarda a profissão docente e se denigre sem remorsos a imagem social e profissional de dezenas de milhar de professores.

Julgado e Condenado, falta cumprir a pena!... o que não é estranho, nos tempos que correm. | Luís Lobo |

O ataque ao direito de exercício da actividade sindical, o direito de greve, o direito de opinião e de reunião... tudo, tudo está a ser cilindrado, apesar da resitência e da acção. E se estas não são suficientes é urgente adicionar mais força à torrente.

5 EDITORIAL
Previsões e Volições
Paulo Sucena

6 ACTUALIDADE
Quem é o mexilhão nesta história dos concursos?
Anabela Delgado

7 ACTUALIDADE
Greve de 20 a 24 de Fevereiro: um protesto contra o "faz de conta"
António Avelãs

12 CARREIRA DOCENTE
Estatuto da Carreira de A a Z (1ª parte)

14 REDE ESCOLAR
O Governo abate escolas, a requalificação do 1º Ciclo pode esperar!
Francisco Almeida

17 DIREITOS
Direitos sindicais em perigo
Adriano Teixeira de Sousa

24 PRÉ-ESCOLAR — CALENDÁRIO
FENPROF leva o assunto à Assembleia da República

27 INTERNACIONAL
França: opinião pública, estudantes e sindicatos contra a injustiça
José Janela

29 INTERNACIONAL
«Atelier» da IE em Sesimbra
JPO

30 CULTURAIS
Maior exposição europeia sobre Frida Kahlo no CCB em Lisboa até 21 de Maio
"Bicentenário de Bocage: o poeta através da imprensa" e "Impressões Fotográficas": exposições no Porto

4 A revisão do E.C.D. já começou!

O ME tinha anunciado para Fevereiro a apresentação do seu projecto de revisão do ECD. Não cumpriu a promessa o que, convenhamos, é de gravidade baixa perante todo o rol de promessas que o actual governo não só não cumpriu como contrariou.



15 Convergência de posições entre FENPROF e ANMP sobre o encerramento de escolas

A FENPROF e a Associação Nacional dos Municípios Portugueses (ANMP), reunidas em finais de Março, concordam que o processo de encerramento de escolas e de (re)ordenamento da rede escolar não deve ser um processo administrativo imposto por quem está longe da realidade e dos verdadeiros problemas das comunidades.

A revisão do E.C.D. já começou!

■ Mário Nogueira (Membro do Secretariado Nacional da FENPROF)

1 A revisão do Estatuto da Carreira Docente já teve o seu início. Não os ECD's do Ensino Superior (Politécnico e Universitário), que esses são já suficientemente negativos para que o Governo e Mariano Gago sintam necessidade de os rever, mas o que se aplica aos educadores de infância e aos professores dos ensinos básico e secundário.

2. Não de adivinha nada de bom ou, sequer, de razoável para esta revisão que, efectivamente, já teve o seu início. É essa a razão por que já está congelado o tempo de serviço, agravadas as regras de aposentação, aumentados os horários de trabalho, abastardadas as funções docentes, pervertidas as componentes lectiva e não lectiva dos docentes, revogados diversos artigos que compõem o ECD...

3. Como se tudo o que se referiu em 2. não bastasse, o ME alterou ou anulou diversas regras do ECD através de quadros legais de negociação obrigatória mas que não foram negociados. São os casos da Lei 43/2005, imposta pela socrática maioria absoluta; do DL 121/2005, imposto pelo Conselho de Ministros; dos despachos ministeriais 16795 e 13783, ambos de Agosto de 2005, que consagram, impunemente, ilegalidades e abusos diversos. Desde Novembro de 2005 que os seus normativos foram assimilados pela FNE que os impôs, de forma agravada, aos seus associados do ensino particular e cooperativo, através do contrato colectivo de trabalho que assinou com a representação das entidades patronais.

4. Foi com todas estas medidas que o ME provocou, conscientemente, a desorganização pedagógica das escolas. Pretende agora, dirá, tomar as medidas inevitáveis à sua (re)organização; "como se impõe" acrescentará com aparente convicção. Medidas que passarão por retirar mais alguns direitos aos docentes; "privilégios" esclarecerá a ministra, coadjuvada pelo seu secretário de estado preferido.

5. O ME tinha anunciado para Fevereiro a apresentação do seu projecto de revisão do ECD. Não cumpriu a promessa o que, convenhamos, é de gravidade baixa perante todo o rol de promessas que o actual governo não só não cumpriu como contrariou. Não o fez ainda e um dos motivos reside no facto de faltarem definir, ou, pelo menos, divulgar, o conjunto completo de medidas da designada reforma da Administração Pública. Também essa está em curso, através da imposição de normativos avulsos, mas só neste mês de Abril se conhecerá em toda a sua extensão e diversas dimensões. Só depois, diz-se que em Maio, cada ministro deverá apresentar as propostas concretas para aplicar as novas orientações no seu sector.

6. Contribui também para este atraso, o facto de ainda não estar terminado o trabalho sujo, iniciado na DREL e que agora parece transferido para o âmbito do secretário de estado da Educação, destinado a impedir os professores e educadores de, ao longo do processo de revisão, se juntarem participando em reuniões sindicais. O governo actual tenta apurar argumentos que lhe permitam interpretar uma lei do 25 de Abril, de forma a que a sua aplicação seja semelhante ao que acontecia antes dessa data libertadora em que a simples reunião sindical era proibida e punida com multa que podia chegar a cem escudos. Depois, dependendo da "gravidade" das decisões, o caso poderia acabar com carga policial, detenções, julgamentos sumários e anos nos calabouços da pida...

7. Concluídos os dois processos referidos em 5. e 6., falta apenas dar início a mais uma infame campanha contra os professores, o seu profissionalismo, o seu empenhamento, a sua dedicação à escola... Será fácil. No ME há "experts" no assunto e na comunicação social luta-se por obter o

O ME tinha anunciado para Fevereiro a apresentação do seu projecto de revisão do ECD. Não cumpriu a promessa o que, convenhamos, é de gravidade baixa perante todo o rol de promessas que o actual governo não só não cumpriu como contrariou.

exclusivo da notícia. No dia da publicação as rádios organizarão os seus "fóruns" de forma a que alguns "Albinos" façam escoar, sem censura, o seu fel e à noite, nas televisões, lá surgirá o exemplo atirado para fecho de emissão como forma de manter atentos a todo o jornal os apreciadores do sangue alheio.

8. É lamentável que um Governo que afinal é novo, tem apenas um ano de vida, tão rapidamente tenha envelhecido. Velho nas atitudes, velho no discurso, velho nas medidas e velho na sanha contra os professores. Que se cuide, outros antes houve que, apesar de novos, caíram de velhos. E os professores deram o seu contributo... |





Previsões e Volições

Estou a escrever este editorial quando está a chegar ao fim a primeira metade do ano lectivo de 2005-2006, com o convencimento cada vez mais profundo de que as medidas da Ministra da Educação tão saudadas por muita e diversa gente, não vão contribuir em nada para a consecução do grande objectivo da Professora Maria de Lurdes Rodrigues - melhorar a qualidade da escola pública e consequentemente diminuir o insucesso escolar. Por outro lado, também me parece que a aposta na mobilização dos Conselhos Executivos e do corpo docente das escolas e agrupamentos se vai saldar negativamente, enquanto, infelizmente, não há sinais de que os agrupamentos e respectivos projectos educativos mostrem saltos positivos relativamente a anos lectivos anteriores. É evidente que me estou sempre a referir a todo o universo escolar o que significa que não esqueço os casos em que, por diversas circunstâncias contextuais, o ano lectivo de 2005-2006 está a correr melhor do que anos anteriores.

O que se pretende afirmar é que a FENPROF tinha razão, quando nos finais do ano lectivo de 2004-05, alertou a Ministra da Educação para possíveis consequências negativas dos projectos anunciados, nanja negociados, à FENPROF. O tempo está a dar-nos razão porque a sua origem provinha mais de um voluntarismo obsessivo e do doentio pressuposto de que os docentes eram os culpados de tudo que de negativo se passava no sistema educativo do que de um rasgo da Ministra, ambiciosamente inovador, capaz de pôr escolas e professores em movimento na busca de um futuro melhor para a Educação. Pelo contrário, a classe docente viu-se apertada numa constrangedora malha e batida por uma opinião pública, alimentada pelo poder político e por alguns plumitivos, que viam nos docentes os mais privilegiados e relaxados trabalhadores portugueses.

Reitero, com mais fundamentos, a opinião da FENPROF de que o país corre o risco de ver encerrar este ano lectivo como um dos piores dos últimos anos, entre outras razões, porque a Ministra da Educação tem queda para se fazer afogar em algumas palavras. Por exemplo, a palavra aluno, não se esquecendo de afirmar que não há escolas sem alunos, mas olvidando totalmente que não há alunos sem professores e eu acrescentaria com uma boa formação inicial e contínua, com um estatuto de carreira valorizador da sua profissão e com o prestígio social que o seu papel na sociedade justifica, alcançado com o seu desempenho pessoal e reforçado pelo discurso de quem

governa a nação. Porém, esse discurso teve sinal contrário e assim não se vai lá...

Outra das consequências do afogamento na palavra aluno traduziu-se no facto de a Ministra da Educação confundir os direitos dos alunos com obrigações dos professores, absurdamente aumentadas sem proveito para ninguém. É essa uma falha irremediável: a dos verdadeiros direitos das crianças e dos adolescentes não terem sido devidamente cuidados e, ainda terem sido postergados a favor do cumprimento de um único direito, o de terem todas as aulas, todos os dias da semana. Alguém terá perguntado aos alunos que suportam uma carga horária bastante pesada, que se debatem com programas por vezes excessivos, outras vezes mal articulados, horizontal e verticalmente, que vivem na escassez de recursos pedagógico-didáticos em muitas escolas, se não será um direito deles gozarem um "feriado" quando um professor falta e não será outro direito deles terem espaços para usarem da forma que lhes der mais prazer esse tempo que inesperadamente se tornou livre para eles? Porventura a pergunta foi feita e a maioria dos alunos preferiu ter aulas de substituição mesmo que dada pelo professor mais fechado da escola. Custa-me a crer... Pensemos em duas hipóteses impossíveis e finjamos que eram possíveis: o Luís Figo acabada a carreira de futebolista, licenciava-se em Educação Física e seguia a carreira docente. Pergunto: - se o Figo faltar os alunos sentem-se defraudados pela ausência do Figo ou consomem-se, carregados de tristeza, se (e lá vem a outra hipótese impossível) o professor Cavaco Silva não vier substituir o seu professor de Educação Física? Se a Senhora Ministra soubesse por onde passam os direitos das crianças, dos adolescentes e dos jovens eu escusava de estar a consumir-me com esta prosa.

Mas como a esperança é a última coisa a morrer, formulo, a terminar, um profundo desejo, vindo do mais universal da minha vontade: Senhora Professora Maria de Lurdes Rodrigues, abandone, por favor, *A Mesa da Solidão*, um belíssimo título do poeta Raul de Carvalho e escolha o título de um poema do mesmo Raul de Carvalho "Serenidade és Minha" e comece como o poeta: "Vem, serenidade!". Depois de por ela estar possuída, mande sentar, numa solar e franca *Távola Redonda*, os dirigentes sindicais e, como uma lúdima representante do Rei Artur, com eles procure abertamente os caminhos que possam erguer o sistema educativo à altura que todos os portugueses desejam. ■

Quem é o *mexilhão* nesta história dos concursos?

■ Anabela Delgado (*Direcção do SPGL e SN da FENPROF*)

A não ser alterada a situação imposta pelo Ministério da Educação em matéria de concursos, no próximo ano iniciar-se-á um período de três anos durante os quais os docentes dos quadros se terão de manter no lugar de colocação (longe ou perto da residência familiar), isto é, iniciar-se-á um período de fixação administrativa dos docentes à escola ou à zona pedagógica que lhes "cair em sorte"!

Contudo, situação mais grave viverão os docentes mais jovens ou com menos anos de serviço que ainda não tiveram a oportunidade de ingressar nos quadros, ainda que tenham anos e anos de serviço na situação de contratados. Estes, se não conseguirem uma vaga de quadro no concurso para o próximo ano, têm uma certeza - até 2009/2010 manter-se-ão na situação de contratados (fora da carreira) ou, eventualmente de desempregados.

Alguns manter-se-ão contratados, sem necessidade de se submeterem a um concurso de contratação, por via do mecanismo de renovação de contrato. Se forem profissionalizados e tiverem a sorte de ser colocados em horário completo que continue a existir nos anos seguintes e desde que o órgão de gestão da escola dê parecer favorável à renovação do contrato, terão emprego mais um ano! Assim, dependendo da sorte de cada um, a não obtenção de renovação de contrato, poderá remeter para o desemprego, muitos docentes, ainda que sejam mais graduados do que os seus colegas que, tendo tido mais sorte, obtiveram colocação em escola onde foram reunidas as condições para a renovação do contrato.

Como em matéria de concursos o tempo de serviço é ouro, por esta via, nos próximos concursos para os quadros, 2009/2010, a graduação de cada um poderá estar completamente distorcida relativamente à actual.

Quanto aos novos licenciados em ensino, têm a incerteza e a falta de expectativa pela frente - mesmo que completem a sua formação profissional este ano, só poderão candidatar-se a lugares do quadro em 2009/2010. Se não bastasse esta situação, veio recentemente o Ministério da Educação anunciar na comunicação social

a realização de uma prova nacional para seriação dos candidatos à docência!... Não terá o sistema maneira de controlar a qualidade dos cursos, intervindo directamente nas instituições cuja qualidade de formação seja comprovadamente deficiente?! Terão que ser sempre as pessoas a pagar as deficiências do sistema?

No centro da luta da FENPROF tem estado a questão da vinculação dos docentes. Vinculação entendida como o ingresso nos quadros de escola e/ou de zona pedagógica. Isto é, no centro da questão está o número de lugares de quadro colocados a concurso e os critérios usados para a sua determinação. Infelizmente no concurso que agora decorre, apesar dos anúncios propagandísticos do Ministério da Educação sobre a abertura de mais de 8000 vagas de quadro, o número de lugares fica muito aquém do que seria necessário para o horizonte temporal de 3 anos em que não haverá novo concurso para ingresso nos quadros. Nem a criação de lugares de quadro para a Educação Especial resolverá o problema como pretendia o Ministério da Educação.

E que dizer dos milhares de lugares que se prevê serem encerrados e dos horários zero provocados pela alteração introduzida à pressão e à última hora aos grupos de docência? Particularmente as fusões de

grupos, algumas sem qualquernexo, contribuíram já para o encerramento de centenas e centenas de vagas e contribuirão a curto prazo (quando da distribuição de serviço nas escolas) para um elevado número de docentes com horários zero que, por destacamento, ocuparão rapidamente o reduzido número de horários dos grupos atingidos. Também a divisão dos grupos bi-disciplinares de línguas e o modo como se convencionou fazer a recuperação de vagas, teve já como consequência a não abertura de qualquer lugar de quadro nos grupos de Alemão e Latim/Grego e a abertura de uns míseros 19 lugares de quadro de zona pedagógica no grupo de Francês (segunda língua na maioria das escolas). Para melhor esclarecimento da situação, observe-se o quadro abaixo onde, a título de exemplo, se apresenta o número de lugares a concurso e lugares a fechar nos grupos onde a situação parece mais caótica.

Finalmente e embora o concurso esteja a decorrer com relativa normalidade, é de assinalar de forma negativa o modo como foi tratada a situação dos docentes dos quadros dos Açores, situação colocada desde a primeira hora, ainda em sede de negociação ao Ministério da Educação. Os serviços mantiveram até à véspera do último dia para a apresentação de candidatura do

Novos Grupos de Docência	Quadros de Escola		Quadros de Zona Pedagógica	
	Pos.	Neg.	Pos.	Neg.
310 - Latim/Grego	0	0	0	0
320 - Francês	0	0	19	0
340 - Alemão	0	0	0	0
430 - Economia/Contabilidade	13	327	0	2
530 - Ed. Tecnológica	47	831	0	9

1º grupo de candidatos a informação de que estes docentes teriam de se apresentar a concurso no continente como candidatos externos. Finalmente a 16 de Março a situação ficou esclarecida por um despacho. É necessário agora que os serviços aceitem a rectificação da situação dos candidatos que

eventualmente tenham submetido a sua candidatura antes do dia 16 e o tenham feito como candidatos externos!

Em nome da estabilidade das escolas e do respeito pelos alunos e pelos docentes, é tempo do Ministério da Educação ter mais atenção às pessoas, não as tratando e não

tratando os problemas das escolas e da educação exclusivamente em função dos dados estatísticos que possui ou em função do que é mais ou menos popular para a opinião pública. Esta estratégia servirá por algum tempo (e está a servir), mas a seu tempo esgotar-se-á. |

Greve de 20 a 24 de Fevereiro: um protesto contra o “faz de conta”

Entre 20 e 24 de Fevereiro muitos docentes não asseguraram as actividades não lectivas marcadas no horário lectivo correspondendo à greve decretada pela FENPROF. Desde o início ficou claro que se pretendia atingir fundamentalmente as duas “imposições” que mais têm agredido professores e educadores: as inúteis e esgotantes aulas de substituição nos 2º e 3º ciclos e os prolongamentos no 1º ciclo, não tanto contestados em si mesmos mas necessariamente denunciados como um prolongamento encaipotado do horário lectivo dos professores do 1º ciclo e educadores e dos docentes de outros ciclos a quem estes prolongamentos têm sido impostos. Mas também desde o início houve clara percepção de que muitos docentes exigiam poder mostrar o seu protesto contra as arbitrariedades a que têm vindo a ser sujeitos com a marcação no seu horário das mais variadas actividades com alunos apesar de designadas como “não lectivas”: os apoios educativos, as salas de estudo, etc... Daí que, embora fosse dado particular ênfase às aulas de substituição e aos prolongamentos, se tivesse redigido um pré-aviso de greve que cobrisse todas as actividades não lectivas marcadas nos horários. Não foi necessário grande esforço de retórica para convencer os docentes a aderir a esta forma pouco usual de greve. Perante imposições que conduzem a acções inúteis e situações pouco menos que absurdas, perante campanhas organizadas entre o governo e uns tantos “comentadores oficiais” nos principais órgãos de comunicação social atacando arbitrariamente a profissão docente, o mal-estar e uma mal contida “raiva” instalaram-se. E os reparos feitos pelos docentes à greve decretada foram que talvez devesse ter sido mais cedo...

Que a greve incomodou o ministério e o governo ficou patente com o facto de logo no primeiro dia o primeiro-ministro(!) ter descido a terreiro com uma impensada novidade com laivos evidentes de retaliação: a extensão das aulas de substituição ao ensino secundário no próximo ano lectivo. E de seguida, num perigosíssimo hábito desta equipa ministerial, mais umas ilegalidades tentando impedir (ou pelo menos dificultar) a prática de reuniões sindicais nas escolas e fora delas. E



Não se trata de pôr em causa que, embora por razões exteriores à escola, se torna necessário garantir a ocupação dos mais pequenos até às 17.30 ou 18 horas. Trata-se, isso sim, de encontrar para estes problemas soluções adequadas e não apenas atirar poeira para os olhos da opinião pública. São precisas medidas adequadas, não meros “faz de conta”.

ameaçando “castigar” os grevistas com o desconto de todo um dia de salário, mesmo quando os professores e educadores asseguraram a parte essencial da sua actividade: as aulas! São claramente reacções de quem sentiu o peso da resposta dos docentes; em vez de repensar medidas tão massivamente contestadas, o ME recorre à ameaça e à intimidação, dando uma triste imagem do sentido de estado que é suposto os governantes terem.

Numa greve deste tipo é praticamente impossível calcular com objectividade percentagens de adesão. No limite, se nenhum professor faltasse nesse dia, não haveria aulas de substituição, mas daí não se poderia concluir que a adesão era nula... Como profundamente arbitrário seria concluir que porque um professor tinha aceitado fazer uma substituição, a greve não tinha adesão - poderia ter havido 4 ou

5 que a tivessem recusado... E se os prolongamentos foram assegurados por pessoal auxiliar, por pais ou monitores, tal não significa que a greve tenha falhado. Mas se a quantificação é difícil, as indicações recolhidas nas escolas durante esses dias não deixam margens para dúvidas: os docentes estavam mesmo à espera desta greve e o ministério mereceu-a. E em dois agrupamentos da área de Lisboa, os docentes decidiram mesmo prolongá-la.

A FENPROF aproveitou esta luta para alertar e precaver contra os projectos do Ministério da Educação em torno da anunciada revisão do ECD. A composição do horário, a definição do que é componente lectiva e não lectiva, os deveres funcionais dos professores e educadores serão uma frente de batalha para a qual temos de estar preparados e mobilizados. Não se questiona a necessidade de encontrar soluções para a ausência imprevista de um professor; não se trata de pôr em causa que, embora por razões exteriores à escola, se torna necessário garantir a ocupação dos mais pequenos até às 17.30 ou 18 horas. Trata-se, isso sim, de encontrar para estes problemas soluções adequadas e não apenas atirar poeira para os olhos da opinião pública. São precisas medidas adequadas, não meros “faz de conta”. | António Avelãs |

Paulo Sucena ao "JF":

"Ninguém nos enfia pela garganta abaixo, sem luta, um estatuto indigno da classe docente"

"A FENPROF considerou que a revisão do Estatuto da Carreira Docente, em 1997, sob a égide de um Governo socialista, o tornou um Estatuto globalmente positivo, mas a FENPROF não tem uma atitude fixista na esfera da política e deste modo, perante a decisão do ME de rever o ECD, de imediato tomou medidas para, desde logo, começar a reflectir internamente sobre os aspectos mais relevantes do Estatuto para poder abrir um diálogo amplo mas fundamentado com os professores e as escolas", destaca Paulo Sucena. Em entrevista exclusiva ao "JF", o secretário-geral da FENPROF responde a temas de vincada actualidade na vida profissional dos docentes portugueses. Referindo que "um dos veios centrais do pensamento político deste Governo é o do ataque aos direitos sindicais e ao seu exercício", Paulo Sucena garante que a FENPROF "vai continuar a reagir por duas vias – a da luta e da mobilização dos professores e a da via jurídica e judicial".



"JF" – A ministra Lurdes Rodrigues afirmou em entrevista recente a um matutino que "há uma oposição sistemática e gratuita da FENPROF ao Ministério. Eles têm uma agenda que nada tem a ver com a Educação". O Primeiro-ministro diz que os sindicatos são "conservadores". Como é que a FENPROF interpreta estas questões?

P. S. – Maria de Lurdes Rodrigues terá vastos conhecimentos na área em que é especialista e com eles e sobre eles discorrerá, com certeza, de forma brilhante e, possivelmente, merecerá até a designação de sábia. Mas, em rigor, os seus admiradores só lhe deveriam chamar meia sábia, porque há aspectos que também costumam fazer parte do conceito de sábio de que a senhora ministra é pungentemente destituída, como os da ponderação e da sensatez das atitudes ou os da forma avisada como se deveria movimentar na complexa esfera da política, que recentemente abraçou. Falta-lhe ainda a capacidade de ouvir os professores e as suas organizações sindicais e articular as propostas por elas apresentadas com uma observação criteriosa dos contextos em que

se desenvolve a actividade que está sob tutela do Ministério que dirige.

Infelizmente, esta última parte está irremediável e lamentavelmente fora das suas capacidades.

Portanto, mesmo que a ministra merecesse o epíteto de sábia, seria quanto muito uma sábia claudicante.

Mas a afirmação da Ministra por vocês citada prova, reconhecimento, que não estamos perante uma sábia claudicante mas tão-só perante meia sábia...

"JF" – Porquê?

P. S. – Porque aquela declaração sofre de profunda insensatez, porque é ofensiva para todas as personalidades do País, da Universidade do Minho à do Algarve, deixando de fora os investigadores com obra publicada de alta qualidade, que têm colaborado com a FENPROF e muito têm contribuído para o aprofundamento e enriquecimento do pensamento da FENPROF sobre os mais diversos temas e problemas da Educação, do desempenho profissional dos professores, da estrutura do sistema educativo e funcionamento das escolas.

Tivesse estado Maria de Lurdes Rodrigues atenta às jornadas pedagógicas que os diversos sindicatos da FENPROF desenvolvem desde a década de 70, tivesse lido, mesmo em diagonal, os Cadernos da FENPROF, tivesse perguntado a alguém o que disseram, em dezenas e dezenas de iniciativas da FENPROF, os Lícínios Lima, os Almerindos Janela Afonso, os Steve Stoer, os Manuel Matos, as Luisas Cortesão, os Josés Alberto Correia, as Luisas Veiga, os Rogérios Fernandes, os Antónios Nóvoa, os Baratas Moura, os João Barroso, as Manuelas Esteves, para só falarmos de alguns e dos mais antigos na arte, jamais a Ministra da Educação poderia ter proferido tal barbaridade. Até porque, com certeza, ela não assume que toda aquela ilustre gente das Ciências da Educação emprestaria o seu honrado nome a uma Federação de Professores que desenvolvesse uma agenda que "nada tem a ver com a Educação"...

Mas, afinal, o início da declaração da Ministra que citaram explica de algum modo a falta de rigor da frase seguinte ("Eles têm uma agenda que nada tem a ver com a Educação" : é que a Ministra não suporta a oposição, a discordância da FENPROF de muitas das suas decisões e depois reage imbuída do mais profundo ressentimento que Vladimir Ulianov considerava ser, em política, o pior dos males.

"JF" - E a declaração do Engº Sócrates, criticando os sindicatos por serem "conservadores"?

P. S. - Quanto a essa afirmação do Primeiro-Ministro é mais uma demonstração da propensão que tem para cair do alto da sua arrogância no mais constrangedor ridículo. O ilustre politólogo, mesclado de filósofo, propõe uma nova definição de conservador: é toda aquela pessoa, singular ou colectiva, que discorda das medidas "inovadoras" e "altamente positivas" do seu Governo. O pressuposto das qualidades das medidas não carece de demonstração. O que lhe falta em reflexão sobre-lhe em ousadia balofa.

"JF" - Multiplicam-se os atentados e as ameaças do ME ao direito e ao exercício de actividade sindical (Junho de 2005, 18 de Novembro, recentemente com o impedimento do direito de reunião). Este Governo parece empenhado na criação de sérias dificuldades à actividade sindical. Parece mesmo que o ME encara o movimento sindical, em primeiro lugar, como um inimigo e, em segundo lugar,

que tem de ser abatido. Como vai reagir a FENPROF?

P. S. - Um dos veios centrais do pensamento político deste Governo é o do ataque aos direitos sindicais e ao seu exercício. É impossível que a Ministra da Educação quando põe a funcionar o seu semi-hemisfério de sábia não se aperceba das consequências perigosíssimas para o regime democrático abertas pela sua decisão de decretar "serviços mínimos" na área da sua tutela; por isso considero muito grave o ter ousado cercear o direito de reunião. É o mal do ressentimento a invadir-lhe a razão.

A FENPROF vai continuar a reagir por duas vias - a da luta e da mobilização dos professores para que vençam o medo e não alienem os seus direitos e a da via jurídica e judicial.

"JF" - O que está por trás do discurso divisionista do Primeiro Ministro e da Ministra da Educação que coloca as escolas, os professores e os sindicatos em planos diferentes e que não se interrelacionam? Uma tentativa de virar a opinião pública contra os professores?

P. S. - Creio não estarmos numa fase de "tentativa de virar..." De facto, o Governo e o Ministério da Educação enveredaram por caminhos de delírio político. O que pode ganhar o País e a Educação no fim de uma campanha altamente ofensiva da dignidade profissional, humana e social dos seus professores? Nada. Depois o "crime" entrou num movimento de declínio do mais geral para o mais particular - dos professores, passou-se aos sindicatos e dos sindicatos aos seus dirigentes. Sobre estes escreveu-se da prosa mais reles e desprezível que algum dia li.

Deste movimento de envenenamento da opinião pública, pensou o Governo tirar vários proveitos: primeiro, o de remeter as culpas das insuficiências e falta de qualidade do sistema educativo para os professores; segundo, o de atribuir o falhanço das suas medidas políticas aos sindicatos; terceiro, emendar a mão reaccionária que, num País democrático, ataca despudoradamente o movimento sindical e desviar a atenção das suas reais intenções para os dirigentes sindicais que são um estorvo, porque apenas pretendem roubar brilho à cintilante política do Governo.

É preciso, portanto, na opinião do Governo, mudar estes dirigentes por outros que transformem sindicatos "conservadores" em sindicatos revolucionários



"Maria de Lurdes Rodrigues terá vastos conhecimentos na área em que é especialista e com eles e sobre eles discorrerá, com certeza, de forma brilhante e, possivelmente, merecerá até a designação de sábia. Mas, em rigor, os seus admiradores só lhe deveriam chamar meia sábia, porque há aspectos que também costumam fazer parte do conceito de sábio de que a senhora ministra é pungentemente destituída, como os da ponderação e da sensatez das atitudes ou os da forma avisada como se deveria movimentar na complexa esfera da política, que recentemente abraçou."

porque altamente empenhados em ajudar a levar para a frente as decisões governamentais mesmo aquelas que em vez de melhorar pioram a saúde da vida escolar.

"JF" – Existe um clima de medo entre os professores, dizem uns, enquanto se realizam grandes plenários, os maiores de sempre, grandes greves e enormes manifestações... não há aqui uma aparente contradição?

P. S. – Não sei se de medo, mas de profundo desencanto, de enorme frustração sócio-profissional, de desmotivação, isso com certeza. Não é impunemente que se transformam os docentes portugueses nos humilhados e ofendidos desta sociedade.

Se o Ministério da Educação promover um inquérito junto dos professores portugueses, creio que a maioria das respostas cairão noutra vertente que não a do medo porque os aspectos que vocês referem, as adesões às greves, os grandes plenários e manifestações provam o que afirmo.

"JF" – Para alguns "analistas" esta é uma ministra corajosa porque está a fazer, passando por cima dos professores, apesar de não ignorar como o seu empenhamento é fundamental para levar por diante as suas políticas. Não poderá ser esta a causa de serem estes o Governo e o Ministério da Educação mais contestados dos últimos anos?

P. S. – Será com certeza. Este Ministério da Educação raciocina e age guiado por uma verdade absoluta: não há escolas sem alunos, por isso estes têm de ser o centro das preocupações governamentais. Tal atitude sofre de dois graves males: primeiro, só o Ministério da Educação sabe defender os alunos e assim só a ele cabe tomar decisões; segundo, porque não havendo alunos sem professores, uma atitude governamental ofensiva da profissionalidade dos docentes tem reflexos negativos no desenvolvimento dos processos de ensino e de aprendizagem, sendo os alunos os principais prejudicados.

Não é preciso procurar mais razões para uma forte contestação à atitude ministerial.

"JF" – Como caracteriza este último ano de Governo para a Educação, em particular, mas também para o País e para o desenvolvimento, em geral?

P.S. – Foi um ano negativo que a conjuntura nacional e internacional por si só não justificam.



Uma alma pesada... de números

"Numa freguesia em que há uma escola com três crianças alguém acredita que ainda terá alma?" – as palavras são da ministra. Que comentário se pode fazer a uma declaração destas?

Paulo Sucena – A Ministra tem a alma pesada de números e mostra-se incapaz de a erguer para o mais pequeno voo metafísico...

"JF" – Hoje, é evidente para todos que a ministra governa com "uma mão na carteira" e "com a boca no trombone", como diz o povo. Quais são os sinais mais evidentes desta necessidade de mediatizar a mentira?

P. S. – São a frequência do discurso público, a paixão pelas viagens e visitas às escolas, o diálogo com interlocutores previamente seleccionados, com o desprezo pelos que podem ser incómodos.

Deixem-me todavia dizer-vos que eu lhe não chamaria a "mediatização da mentira",

porque esta acção é impulsionada pelo outro hemisfério, o que está nos antípodas da sagesa, por isso ela é fruto da obsessão, da paixão doentia de uma alma que se julga a salvadora do país e com poderes demiúrgicos relativamente ao futuro, por isso eu preferia dizer que ela não mente descaradamente mas erra apaixonadamente. E, por favor, poupem-me comentários à minha porventura infundamentada generosidade...

"JF" – Diz-se que a FENPROF intervém muito, debate e discute tudo com os

professores, abre-se ao diálogo e à negociação, agenda ações de luta e obtém a adesão dos trabalhadores que representa. No entanto, resultados positivos não há. O tempo é de perdas sucessivas. Trata-se de uma inevitabilidade? Este é um tempo de derrotas? Há uma perda de expectativas em relação ao movimento sindical? Qual o papel que a FENPROF mantém no sistema educativo e político português?

P.S. - A esse molho de perguntas encadeadas, de que possivelmente já esqueci alguma, gostaria de responder de um modo largo, dizendo que só é derrotado quem desiste de lutar e a FENPROF não desiste, que na luta sindical não há vitórias nem derrotas eternas e que muitas vezes resistir é o começo de uma vitória futura. Finalmente um sindicalismo docente impulsionado pelo movimento de grande número de professores não acumula perdas sucessivas porque o movimento é dialéctico. A inação é que é um reservatório de derrotas sucessivas. A partir daqui é que se coloca a vossa questão fundamental, a da perda de expectativas relativamente ao papel dos sindicatos. E como esse papel é fundamental cabe aos sindicatos a indeclinável responsabilidade de encontrarem as estratégias necessárias para tornar visível aos olhos de todos os trabalhadores a acção indispensável das organizações e movimentos sindicais na construção de uma sociedade melhor.

"JF" - Vem aí a revisão do Estatuto da Carreira dos educadores de Infância e dos Professores dos Ensinos Básico e Secundário. Vai ser mais um cumprir calendário?

P. S. - Tal nunca pode ser nem acontecer ou a FENPROF não seria a FENPROF. Ninguém nos enfia pela garganta abaixo, sem luta, um estatuto indigno da classe docente.

"JF" - A FENPROF manifestou-se inicialmente contra a revisão do Estatuto, mas num recente encontro de quadros decidiu tomar a iniciativa e estabelecer o seu próprio calendário. O que significa isto, afinal?

P. S. - A FENPROF considerou que a revisão do ECD, em 1997, sob a égide de um Governo socialista, o tornou um estatuto globalmente positivo, daí aquela opinião, mas a FENPROF não tem uma atitude fixista na esfera da política e deste modo perante a decisão do ME de rever o ECD, de imediato tomou medidas para, desde logo, começar a reflectir internamente sobre os aspectos mais relevantes do ECD ao poder abrir um

diálogo amplo mas fundamentado com os professores e as escolas.

"JF" - Quais são os aspectos essenciais desta revisão que podem condicionar qualitativamente o ECD?

P. S. - Esperem pelas propostas do ME e logo verão. Acho que não devo jogar na mesa, antes de tempo, os trunfos da FENPROF.

"JF" - Como é que a FENPROF vai pautar a sua actuação no âmbito das negociações para a revisão do ECD?

P.S. - A seu tempo se verá e talvez não fosse avisado tornar pública desde já a estratégia da FENPROF porque se trocarmos o agente e o paciente da vossa primeira pergunta talvez encontremos uma verdade meridiana: há uma oposição sistemática do Ministério da Educação à FENPROF.

"JF" - O agravamento da política do ME e do Governo contra os educadores e professores não está a empurrar os sindicatos para formas de luta mais duras? E os professores têm condições para acompanhar esta necessidade?

P. S. - Foi o profundo e amplo descontentamento dos docentes que levou, e sempre reflectidamente, ainda que com pontuais erros, os sindicatos a decretarem formas de luta. Permitam que acrescente que os docentes sabem que a FENPROF nunca as refreou em momentos que considerou azados para que elas se travassem. Como um dia disse: a greve não é uma festa é uma necessidade inultrapassável e quem a define são os professores. Creio, pois, que não há formas de luta mais ou menos duras, há apenas lutas que têm de ser travadas porque, entre outras, há com certeza razões profissionais, éticas e sociais que o exigem. Nesses momentos tenho toda a confiança em que os docentes e a FENPROF estarão presentes.

"JF" - É ou não verdade que a acção deste Governo acentuou opções políticas neoliberais, configurando e instalando um amplo centrão sustentado pela economia?

P. S. - O Governo, tal como todos os que mais servilmente obedecem aos ditames desta globalização capitalista, não está a caminhar para uma "sociedade do conhecimento" mas para uma "economia do conhecimento", porque o seu desprezo pelos direitos dos trabalhadores e pela coesão social está quotidianamente a atentar contra o conceito de sociedade. | LL/JPO

"O que pode ganhar o País e a Educação no fim de uma campanha altamente ofensiva da dignidade profissional, humana e social dos seus professores? Nada."

"O Governo, tal como todos os que mais servilmente obedecem aos ditames desta globalização capitalista, não está a caminhar para uma "sociedade do conhecimento" mas para uma "economia do conhecimento", porque o seu desprezo pelos direitos dos trabalhadores e pela coesão social está quotidianamente a atentar contra o conceito de sociedade."

"Cabe aos sindicatos a indeclinável responsabilidade de encontrarem as estratégias necessárias para tornar visível aos olhos de todos os trabalhadores a acção indispensável das organizações e movimentos sindicais na construção de uma sociedade melhor."

"Só é derrotado quem desiste de lutar e a FENPROF não desiste, que na luta sindical não há vitórias nem derrotas eternas e que muitas vezes resistir é o começo de uma vitória futura."

"É preciso, na opinião do Governo, mudar estes dirigentes sindicais por outros que transformem sindicatos "conservadores" em sindicatos revolucionários porque altamente empenhados em ajudar a levar para a frente as decisões governamentais, mesmo aquelas que em vez de melhorar pioram a saúde da vida escolar."

ECD com história



MARÇO DE 1989
"JF" nº 52

"A luta que os professores travam desde que em Março de 1988 o Ministério da Educação apresentou o seu projecto de Estatuto da Carreira da Educação Pré-Escolar e dos Ensinos Básico e Secundário, conduziu à obtenção de alguns importantes resultados e deve agora prosseguir em função de objectivos adequados à nova situação".

Seria absurdo e prejudicial que os professores não assumissem claramente as vitórias que resultaram da sua unidade e da sua acção. Foi a luta conduzida pela FENPROF, sobretudo durante o primeiro período lectivo, que tornou claro o isolamento em que o ME se encontrava e que o levou a modificar o seu projecto em aspectos fundamentais. (...)

"Não Satisfaz"

É um facto positivo que a avaliação do desempenho tenha como norma a atribuição administrativa do "Satisfaz" à generalidade dos professores.

Todavia, as condições para a atribuição de "Não Satisfaz" carecem de ser profundamente ponderadas.

(...) *A intervenção dos órgãos de gestão da escola no processo que conduz à atribuição de "Não Satisfaz" só pode ser vista quando existirem ideias mais claras de como evoluirá a gestão democrática no quadro das reformas educativas.*

Da Resolução sobre a actual fase do processo do Estatuto da Carreira Docente

Construir uma nova identidade para a profissão docente

"(...) Hoje os professores vivem nesta encruzilhada de retorno ao seu papel

primitivo ou de reforço e de permanência dos novos papéis adquiridos há 15 anos. Enquanto não se encontrar o caminho certo, a apreensão e mal-estar latente não serão ultrapassados.

(...) Nos últimos tempos alguns governos e instituições intergovernamentais têm pressionado no sentido da introdução de sistemas de avaliação externos ao trabalho docente. Tais intenções inscrevem-se num contexto geral de restrições orçamentais, a que se pretende dar resposta através do aumento da "rentabilidade" do ensino, e traduzem-se na situação profissional dos professores em tentativas de aumentar a carga de trabalho e de criar modelos de carreira assentes num sistema de remunerações de mérito, que permita, a esses governos, evitar uma revalorização geral da profissão docente pela criação de expectativas elevadas a alguns. Tais propósitos correspondem, em Portugal, à organização da carreira docente por níveis. A FENPROF, no plano nacional e internacional, pronuncia-se frontalmente contra esses propósitos." |

Do Ante-projecto de Tema de Estudo do III Congresso Nacional dos Professores "Professor uma profissão de futuro", – Profissão docente: realidades de hoje, desafios do futuro. As responsabilidades do movimento sindical docente.

Estatuto da Carreira de A a Z (1ª parte)

A

Avaliação do Desempenho – sendo um instrumento fundamental para a progressão na carreira, faz com esta não seja de progressão automática, o que dá substância à reclamação de ilegalidade do congelamento das progressões.

Os docentes portugueses, ao contrário do que a demagogia de Sócrates quer fazer crer, são obrigados a frequentar um mínimo de 10 horas de formação por cada ano de serviço, do conjunto de acções homologadas pelo governo português.

Têm de cumprir de forma adequada com as suas obrigações profissionais definidas pelo artigo 10.º do ECD, manter um bom relacionamento e apoio aos seus alunos e exercer os cargos para os quais

tenham sido eleitos ou designados. Neste caso a recusa da aceitação do cargo tem de ser devidamente fundamentada.

B

Bonificação da assiduidade – Excluindo diversas faltas (por greve, acção sindical, formação, entre outras), tratava-se de um mecanismo que apoiava a antecipação da aposentação para aqueles que, durante todo um ano lectivo não dessem qualquer falta. Foi revogado por este governo!...

C

Componente Lectiva – Este é um dos pontos centrais do conflito entre professores



no alvo



Funcionários portugueses são os que mais perdem

Os funcionários públicos portugueses são os que estão a ser mais penalizados no seu poder de compra, quando comparados com os seus pares de sete países comunitários. Quer se considerem os que estão com défices excessivos quer os países da Coesão. Embora não sejam os únicos a sofrer as agruras da contenção orçamental, contando com a companhia de franceses e espanhóis, os servidores do Estado português não só tiveram a maior erosão salarial em 2005 - dois pontos percentuais - como são os que sofrem esse embate há mais tempo, desde há seis anos. Um panorama que se repete este ano, pois perderão 0,8 pontos.

Num conjunto de oito países analisados pelo DN (Portugal, Espanha, Itália, França, Reino Unido, Alemanha, Irlanda e Grécia), os britânicos e os irlandeses são os que mais se destacam pela positiva. Tal como em 2005, este ano os funcionários ingleses verão os seus salários aumentar 3,54%, em média, quando a inflação prevista não irá além dos 1,75%, o que reflecte um ganho real de 1,8 pontos.

(...) Na Grécia, um país que acumula a situação de défice excessivo com o facto de pertencer ao grupo dos menos desenvolvidos, as condições também prometem deteriorar-se. Mesmo assim, no ano passado os funcionários tiveram aumentos de 3,5%, equivalentes à inflação, embora este ano percam 0,2 pontos.

(...) O caso irlandês é o de mais difícil comparação, pois para além dos aumentos anuais faseados os funcionários beneficiaram de acréscimos que resultaram de um benchmarking com os aumentos no sector privado, em relação aos quais perdiam terreno. Assim, desde 2004 o aumento médio acumulado foi de 8,9%, sendo que o básico em 2005 foi da ordem dos 3% e em Junho deste ano será de 2,5%. | DN, 19/03/2006 |

e Ministério da Educação. As lutas desenvolvidas ao longo deste ano lectivo, centraram-se muito na dignificação da função docente e contra a sua descaracterização. Por esse motivo Lurdes Rodrigues considerou os professores fechados no seu corporativismo. Uma acusação tão injusta quanto se sabe que da correcta definição destes conceitos resultarão ganhos importantes para a escola pública portuguesa. Em causa estão, como é óbvio, os dois Despachos autoritários e extemporaneamente publicados em Agosto – o 17387/05 e o 16795/05.

profissionais, sistema educativo, experiências pedagógicas e sua avaliação.

E

Estatuto da Carreira Docente – Com a publicação em 28 de Abril, do Decreto-Lei n.º 139-A/90, os professores e educadores viram consagrado em diploma legal o conjunto mais significativo de normas, deveres e direitos reguladores da profissão, satisfazendo assim um dos seus principais anseios, pelo qual lutaram gerações de professores, desde a 1.ª República, passando pelos Grupos de Estudo.

A aprovação de um estatuto profissional que consubstancia o reconhecimento da função docente, caracterizando-a, e da condição de professor foi, sem dúvida, um dos passos mais significativos do país em defesa de uma escola pública de qualidade.

Se é verdade que com a sua publicação renasceram lutas fundamentais como as que tiveram por base a defesa de uma carreira única com uma formação da mais alta qualidade, que esteve na base da luta contra a prova de candidatura ao 8.º escalão, ou pela contagem integral do tempo de serviço, com a sua resolução vitoriosa os professores viram consagrada uma profissão mais valorizada e mais revalorizada. |

No próximo número do JF: Formação Contínua, Graus Académicos, Horário de Trabalho, Intercomunicabilidade, Justificação de Faltas

D

Direito à negociação colectiva e de participação no processo educativo – No âmbito da negociação colectiva devem ser considerados, entre outros aspectos, salários e remunerações, aposentação e pensões de reforma, acção social e acção social complementar, relação jurídica de emprego, carreiras e estruturas remuneratórias, duração e horário de trabalho, férias, faltas e licenças, direitos de exercício colectivo, higiene, saúde e segurança no trabalho, formação contínua e formação profissional, estatuto disciplinar, mobilidade, recrutamento e selecção de pessoal docente; já quanto aos aspectos ligados, os programas devem ser ouvidos e considerados em matéria de programas de emprego, fiscalização e avaliação das condições de funcionamento e de trabalho, gestão das escolas e do sistema educativo, qualidade dos serviços, acidentes de serviço e doenças

O Governo abate escolas, a requalificação do 1º Ciclo pode esperar!

■ Francisco Almeida (*Secretariado Nacional da FENPROF*)

O Ministério da Educação e o Primeiro-Ministro têm vindo a fazer um significativo esforço no sentido de levarem os portugueses a acreditar que o anunciado abate de milhares de escolas é uma inevitabilidade sustentada em razões de natureza pedagógica.

Bastaria o facto de esta medida estar a ser anunciada em simultâneo com o encerramento de centros de saúde, maternidades, repartições de finanças, tribunais, esquadras de polícia, etc., para ficar claro que as razões são outras e bem distantes dos interesses das crianças e das famílias. O que está em causa é reduzir o Estado ao estado mínimo. O que está em causa é acabar com a responsabilidade do Estado nas funções sociais que a Constituição da República lhe atribui. O que a alguns pode parecer estranho é o facto de ser um Governo sustentado no Partido Socialista que está apostado em reduzir o Estado apenas às funções de soberania: segurança interna, negócios estrangeiros e justiça.

Do nosso ponto de vista o ordenamento da rede escolar exige a ponderação de, pelo menos, cinco questões que a seguir se abordam sucintamente.

1. No domínio do ordenamento da rede escolar, a complexidade das determinantes que antecedem as decisões desaconselha a uniformidade e o centralismo hoje instalado, apesar da conversa em contrário que o Governo vai fazendo. Portanto, não é possível estabelecer um padrão nacional para a manutenção ou encerramento de escolas. Qualquer decisão deve ser contextualizada. Recentemente, em reunião com a FENPROF, um dirigente da ANMP dizia que até as questões climatéricas devem ser tidas em conta quando se pensa no ordenamento da rede escolar.



2. A contextualização das decisões neste domínio implica a construção de consensos com as comunidades, as autarquias e os professores.

Ora, como se sabe o Governo fez exactamente o contrário – decidiu de forma autocrática “do alto da sua maioria absoluta” – estas maiorias dão sempre nisto. As comunidades foram confrontadas com decisões preparadas nos gabinetes do ME e das direcções regionais. Os professores e as suas organizações não foram “tidos nem achados” e, arrogantemente, o Governo diz que não foram ouvidos, nem serão. O país ficou recentemente a saber que as câmaras municipais também não tiveram oportunidade de dizer o que pensam – por exemplo, o SPRC divulgou recentemente que, na região centro, dezenas de autarquias confirmaram, através da cópia das actas das suas reuniões, que nunca foram ouvidas e que se opõem ao abate de escolas que o ME tem em curso.

A Ministra da Educação foge e recusa dialogar com pais e professores, como aconteceu recentemente no Governo Civil de Viseu – recusou receber uma delegação de pais e professores que simplesmente queriam entregar-lhe um documento e um abaixo-assinado de diversas aldeias. É um estranho conceito de democracia

3. Quando a decisão consensualmente encontrada, for o encerramento de algumas escolas, a concentração de crianças tem que ser feita em escolas melhores – com cantina, espaços para actividades de educação física, com equipas educativas constituídas, ocupação de tempos livres, com pessoal auxiliar em número adequado, com o material pedagógico e didáctico adequado – enfim, uma Escola Nova.

Neste domínio, a Ministra da Educação e o Primeiro-Ministro mentem descaradamente. Dizem que as crianças de 1.500 escolas a encerrar vão ser transferidas para escolas melhores, mas na quase totalidade dos casos a escola de destino é igual à que encerra – o mesmo tipo de edifício e a mesma pobreza de recursos humanos, materiais e financeiros.

E tudo o que se conhece confirma o que a FENPROF e os seus Sindicatos têm vindo a dizer – o abate de escolas nada tem que ver com qualquer processo de requalificação do 1º Ciclo do Ensino Básico. Para confirmar esta afirmação basta ler o mail dirigido pela DREC aos conselhos executivos dos agrupamentos de escolas onde se solicita a elaboração de “uma estimativa de custos para a realização de obras consideradas indispensáveis” nas chamadas escolas de

Convergência de posições entre FENPROF e ANMP sobre o encerramento de escolas

acolhimento. E, a mesma direcção regional, esclarece noutro mail que "só devem ser consideradas obras de beneficiação nos casos em que manifestamente se justifique e na exacta medida em que esta necessidade decorra do facto de a escola passar a acolher mais alunos." Fica tudo cada vez mais claro – as escolas fecham a requalificação pode esperar.

4. A manutenção de pequenas escolas é, em algumas regiões, um importante contributo para ajudar a combater a desertificação crescente que hoje atinge vastas áreas do país.

Sem a escola, sem extensões dos serviços de saúde, sem atendimento nocturno nos centros de saúde, sem a pequena estação de correios que antes existia, sem transportes públicos... quem decide viver em milhares de aldeias? Diz a Ministra da Educação que a manutenção da escola não resolve o problema da desertificação. O problema é que este discurso ignora deliberadamente que o encerramento de escolas faz parte de um processo de destruição de diversos serviços locais. Um caminho que visa reduzir o Estado ao estado mínimo.

5. Finalmente, importa salientar que a escola situada nas pequenas aldeias é aquela que está mais perto das famílias e, no processo ensino-aprendizagem, o *escolar* não se pode distanciar do *educativo* e que este só ganha sentido quando enraizado na comunidade e cimentado nas vivências das crianças. Por outro lado, dada a larga dimensão geográfica que caracteriza muitos dos nossos concelhos, a manutenção da *escola da aldeia* pode contribuir para um saudável desenvolvimento da criança evitando a permanente deslocação e o desenraizamento cultural.

Este é um modelo que vai de encontro às reais necessidades, expectativas e interesses das crianças, alicerçado na inclusão cultural e comunitária, por forma a rentabilizar o capital de vivências e de conhecimentos que as crianças transportam consigo potenciando, desta forma, o *obstáculo em recurso*, assumindo-se, a escola, como um verdadeiro pólo de desenvolvimento local.

Talvez também por isso, estudos do Instituto das Comunidades Educativas (ICE) demonstram que nas escolas do meio rural as taxas de sucesso educativo das crianças são semelhantes às dos centros urbanos. Esses estudos chegam mesmo a demonstrar que, nas zonas rurais onde se desenvolvem projectos específicos, o sucesso educativo das crianças é superior ao que se verifica em centros urbanos. ■

A FENPROF e a Associação Nacional dos Municípios Portugueses (ANMP), reunidas em finais de Março, concordam que o processo de encerramento de escolas e de (re)ordenamento da rede escolar não deve ser um processo administrativo imposto por quem está longe da realidade e dos verdadeiros problemas das comunidades.

Salientando que "neste processo é necessário que se cumpram determinados requisitos", a FENPROF aponta desde logo "o respeito pela opinião das comunidades, com especial destaque para as autarquias", tendo em conta também "a opinião das associações de pais e das organizações sindicais docentes."

Depois, observa a Direcção da FENPROF, há que garantir sempre, por um lado, "um financiamento adequado com vista a assegurar a deslocação e permanência das crianças fora das suas famílias, a reforçar a Acção Social Escolar e a garantir obras de requalificação das escolas que acolherão as crianças deslocadas"; e, por outro, que, "em todos os casos a escola de acolhimento tem melhores condições do que tinha(m) a(s) escola(s) encerrada(s)."

A nota divulgada pela FENPROF refere mais adiante que "as duas partes manifestaram preocupações quanto à dimensão do encerramento pretendido pelo Ministério da Educação, não aceitando a ANMP que as 1500 escolas anunciadas pelo ME, para este ano, sejam escolas a encerrar. Admite que sejam escolas "elegíveis" mas só aceita que encerrem quando se verificarem todos os requisitos estabelecidos."

Uma mentira

A FENPROF aproveitou para manifestar preocupação pelo encerramento previsto já para este ano, mas também reafirmou uma enorme preocupação pela dimensão do encerramento que se anuncia para a Legislatura (4500 estabelecimentos, ou seja, cerca de 60% dos existentes). "Se considerarmos que



há 2784 escolas com menos de 20 alunos, desconhece-se quais são os 1700 a mais que estão na "linha de abate", observa a nota à comunicação social. "Tem de se concluir", destaca o documento enviado à imprensa, "que se mente no ME quando se fala em encerrar escolas com menos de 20 alunos e, destas, as que apresentem elevados índices de insucesso. Como se mente quando se afirma que o processo está a ser negociado com as autarquias e que estas estão de acordo com o encerramento das suas escolas. Uma mentira que se denuncia através das muitas dezenas de cartas recebidas pelos Sindicatos da FENPROF que afirmam o contrário."

FENPROF e ANMP consideraram muito útil este encontro, em que se abordaram outros assuntos como os prolongamentos de horário do 1º Ciclo, a componente sócio-educativa e de apoio às famílias na Educação Pré-Escolar e o Inglês no 1º Ciclo. Em todas as questões houve um grande consenso de apreciação e de posições quanto ao que se considera positivo para, no futuro, garantir um ensino de maior qualidade e uma escola pública mais forte, conclui a nota divulgada pelo Secretariado Nacional da Federação no passado dia 24 de Março. ■

M.E. opta em definitivo pela via do confronto com a legalidade

Ao anunciar que pondera descontar um dia de salário aos professores e educadores que cumpriram o seu dia de trabalho, mas aderiram à Greve às actividades de substituição ou aos prolongamentos de horário (*isto é, descontar um dia a quem cumpriu a componente lectiva e, depois disso, fez greve, por exemplo, a 45 minutos de componente não lectiva, ou seja, a uma substituição*), confirma que a actual equipa ministerial optou pela via do confronto com a legalidade e com os professores quando mais se necessitava de diálogo e negociação, sublinha uma nota divulgada recentemente pelo Secretariado Nacional da FENPROF



A Ministra da Educação e os seus secretários de estado não disfarçam o seu incómodo pela dinâmica da actividade sindical, a começar pela participação de milhares de educadores e professores nos Plenários convocados pelos Sindicatos da FENPROF

A pesar de, no passado e com governos de diferentes quadrantes políticos, os docentes portugueses terem feito greve às horas extraordinárias, greve a determinados tempos, ou greve a turnos e de, naturalmente, só lhes terem sido descontados os tempos de greve – a lei não permitia nem permite outro procedimento – os actuais responsáveis do Ministério da Educação ameaçam agora com um absurdo “fundamento” jurídico que é perfeitamente irrelevante perante a intenção política que lhe subjaz, regista a Direcção da FENPROF, que acrescenta:

Esta atitude de confronto permanente com os professores e educadores e as suas organizações sindicais, é, actualmente, um dos principais motivos da grande instabilidade que atinge a Educação e as escolas e do enorme descontentamento destes profissionais.

Recorda-se que desde a tomada de posse do Governo, há cerca de um ano, os docentes portugueses têm sido dos principais alvos dos seus ataques, encontrando-se hoje com as

carreiras congeladas, a idade de aposentação aumentada, o tempo de serviço roubado, os horários de trabalho agravados, as funções docentes abastardadas, o Estatuto da Carreira Docente desrespeitado e empobrecido de alguns artigos importantes, o regime de concursos revisto negativamente, os direitos sindicais postos em causa...

Em simultâneo, têm sido várias as campanhas de degradação da imagem dos professores na sociedade, a mais mediaticizada das quais foi a falsa acusação de que existiria um elevadíssimo índice de absentismo docente.

A equipa ministerial também não perdeu a oportunidade de ameaçar, coagir, fazer chantagem e intimidar os professores e educadores, como aconteceu em Junho de 2005, quando estes realizavam uma greve que teve uma significativa adesão.

Com a divulgação, agora, da possibilidade de descontar o salário de um dia de trabalho, apesar do seu cumprimento, ministra e secretários de estado apenas

revelam mau perder, pois não esperavam que a greve aos prolongamentos e às substituições fosse tão expressiva, que tantos docentes participassem nas reuniões e plenários promovidos pelos seus Sindicatos e que tantas fossem as Moções aprovadas nas escolas ao longo da semana, de contestação à política educativa.

De grande significado é, também, o facto de esta posição ministerial, que confirma um profundo desrespeito pelos docentes, ser divulgada precisamente no dia em que cerca de 50.000 docentes, através de abaixo-assinado, exigiram ser respeitados pelo ME!

A FENPROF irá aguardar a posição final do Ministério da Educação, pois as escolas receberam uma Informação, com despacho favorável do secretário de estado da Educação, sobre o desconto das horas de greve à componente não lectiva. Informação essa cujo conteúdo corresponde à possibilidade legal de efectuar esse desconto.

Respondendo à ameaça da notícia divulgada pelo ME, a FENPROF decidiu accionar todos os mecanismos políticos, institucionais, jurídicos e judiciais ao seu alcance no sentido de a contestar. Assim:

- **Apoiará todos os professores** que o desejarem, sejam ou não sindicalizados.

- **Solicitou audiências** ao Senhor Presidente da Assembleia da República, Senhor Provedor de Justiça, Senhor Presidente da Comissão Parlamentar de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, Secretário-Geral da Internacional de Educação e Presidente do Comité Europeu de Sindicatos, os dois últimos em Bruxelas.

- **Apresentou queixas** junto de todos os Grupos Parlamentares, Tribunal Constitucional, Director-Geral da OIT, Parlamento Europeu (designadamente junto dos parlamentares portugueses).

O Governo e o Ministério da Educação poderão pensar que, através da instauração de um clima de medo, será possível silenciar os professores e educadores ou calar a FENPROF e os seus Sindicatos... Enganam-se! A luta por mais e melhor Escola Pública, pela elevação da qualidade do ensino e da educação, pela estabilidade e valorização dos professores e educadores sempre orientou e continuará a orientar a acção sindical da maior e mais representativa organização sindical docente de Portugal. Por essa razão, a luta vai continuar... e forte como exige a ofensiva do ME e do Governo! ■

Direitos sindicais em perigo

■ Adriano Teixeira de Sousa (*Secretariado Nacional da FENPROF*)

Como se não bastasse... como se não bastasse o agravamento das condições de trabalho e do regime de aposentação, o congelamento das progressões na carreira, a tentativa de descaracterizar a profissão, vem agora o ME investir contra os direitos sindicais.

Já em Fevereiro, a DREL tinha levantado dificuldades à realização de reuniões ao abrigo da lei sindical, alegando que estas só poderiam ter lugar nos locais de trabalho dos docentes. Esta orientação levou o SPGL a interpor uma providência cautelar, que, tendo sido aceite pelo Tribunal Administrativo, teve como consequência a imediata suspensão da aplicação da referida orientação. Apesar desta decisão, a DREL persiste em não querer comunicar às escolas a suspensão da sua orientação, o que configura um claro desrespeito pela decisão do tribunal.

Em início de Março, o ME, através de um despacho do Secretário de Estado Valter Lemos, considera que só podem ser justificadas ao abrigo da lei sindical as faltas dadas para participação em reuniões que decorram no próprio local de trabalho e desde que não comprometam o normal funcionamento do serviço.

Com esta leitura redutora da legislação, inédita em 32 anos de democracia, o ME pretende restringir drasticamente o exercício da actividade sindical dos docentes, impedindo, por exemplo, a participação destes em iniciativas concelhias, regionais ou nacionais.

Esta medida insere-se num contexto em que se multiplicam discursos anti-sindicais, dos quais ressaltam pela sua gravidade as declarações da ministra da Educação ao jornal "Correio da Manhã, no passado dia 26 de Fevereiro. Nessa entrevista, a ministra acusa a FENPROF de uma oposição sistemática e gratuita ao Ministério e chega ao ponto de afirmar que a Federação "(...) tem uma agenda que nada tem a ver com a educação."

Fica claro, se dúvidas houvesse, que o ME encara os sindicatos, e em particular a FENPROF, como forças de bloqueio ao caminho traçado pelo Governo para a educação, o que justifica que se criem dificuldades ao desenvolvimento da sua actividade de envolvimento e mobilização dos professores.

A esta decisão não será igualmente alheia a previsão, por parte do ME, de que o processo de revisão do ECD irá desencadear uma forte reacção e mobilização dos professores, no sentido de defender direitos arduamente conquistados em 1990 e 1998.

Em face desta situação, a FENPROF decidiu recorrer para os tribunais competentes, interpondo uma providência cautelar, que permita suspender de imediato este despacho. Tomou igualmente a iniciativa de pedir reuniões à Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos Liberdades e Garantias e à Comissão de Educação da Assembleia da República.

Perante este ataque aos direitos sindicais, com uma dimensão inusitada e surpreendente, só pode haver uma resposta"— a denúncia das arbitrariedades e o exercício de direitos fundamentais da democracia. ■



A FENPROF pede a intervenção da Comissão Parlamentar de Educação, Ciência e Cultura e dos Grupos Parlamentares junto do Ministério da Educação, "possibilitando que a Educação Pré-Escolar seja assumida, efectivamente, como a primeira etapa da Educação Básica, reconhecendo a qualidade pedagógica do trabalho que é desenvolvido pelos educadores de Infância, o que passa pela aplicação do mesmo calendário escolar que é publicado anualmente para o 1º e o 2º Ciclos da Educação Básica".

Calendário Escolar

FENPROF leva o assunto à Assembleia da República

A educação pré-escolar tem vindo a ser aplicado, desde 2002, um calendário escolar específico. Esta diferenciação teve, à data, como argumentação por parte do Ministério da Educação, o facto de ser necessário "dar uma resposta social às famílias". Desde então, e apesar dos sucessivos protestos dos Educadores de Infância e da contra-argumentação que a FENPROF e os seus Sindicatos têm vindo a desenvolver de forma fundamentada, a situação de discrepância entre o calendário escolar da educação pré-escolar e o calendário escolar do ensino básico persiste. Perante tal facto vem a FENPROF, junto de V^{os} Ex^{as} enumerar um conjunto de factos que comprovam a legitimidade dos Educadores de Infância reclamarem a aplicação a este sector do mesmo calendário escolar do 1º e 2º ciclos da educação básica.

1. Resposta Social às Famílias

Com a publicação da Lei Quadro da Educação Pré-Escolar (Lei nº 5/97 de 10/2) e com a publicação do Decreto Lei nº147/97 de 11/6, ficaram definidas as duas funções da educação pré-escolar: a função educativa e a função sócio-educativa. O artº 3º, ponto 3, da Lei Quadro da Educação Pré-Escolar define os serviços a prestar pelos estabelecimentos de Educação Pré-Escolar e o Decreto-Lei nº147/97 explicita, no seu artº12º, a responsabilidade do educador de infância em cada uma das valências referidas anteriormente. No seguimento desta legislação e com o objectivo de operacionalizar a vertente da Componente de Apoio à Família é assinado em 1998 o Protocolo de Cooperação entre Ministério da Educação, Ministério da Solidariedade e Segurança Social e Associação Nacional de Municípios, que define responsabilidades institucionais, incluindo as áreas de responsabilidade directa das autarquias na implementação da Componente de Apoio à Família, contando para tal com verbas, anualmente actualizadas, por parte do Estado.

Estes três documentos vieram possi-

bilitar o alargamento de horário dos Jardins de Infância da rede pública do Ministério da Educação, passando estes a funcionar num horário para além das 5h diárias de actividades lectivas (artº 9º, Dec_Lei 147/97), garantindo assim o serviço de refeições e a ocupação das crianças durante os períodos de interrupção das actividades lectivas. Com o intuito de melhorar a resposta dos serviços prestados na Componente de Apoio à Família, o então designado DEB editou em Março de 2002 o manual "Organização da Componente de apoio à Família" com orientações e princípios para a qualidade deste tempo sócio-educativo, assim como editou "Pensar a Formação" dossiers com materiais e sugestões para a formação dos animadores/monitores que acompanham as crianças nestes períodos. O mesmo departamento tinha já publicado em 1998 a Circular nº17 que veio clarificar as responsabilidades dos diversos intervenientes na implementação da Componente de Apoio à Família

Em face do exposto anteriormente, é evidente a ilegitimidade da argumentação que subsiste desde 2002, pretendendo justificar a aplicação à Educação Pré-Escolar de um calendário escolar específico, com vista a dar uma resposta social às famílias. Esta está prevista, legislada, em funcionamento e implementada. Onde tal não acontece deve-se ao facto das famílias não terem demonstrado essa necessidade ou a autarquia não ter subscrito o Protocolo de Cooperação.

2. Qualidade na Educação Pré-Escolar

A Lei Quadro da Educação Pré-Escolar (Lei nº 5/97 de 10/2) define este sector como a primeira etapa da educação básica, ou seja, na sequência do estipulado na Lei de Bases do Sistema Educativo, a educação pré-escolar é o sector de base onde se inicia o processo formal de educação ao longo da vida. No cumprimento deste pressuposto que confere intencionalidade educativa ao processo ensino/aprendizagem na educação pré-escolar é publicado em 1997 o Despacho nº5220 de 4/8, Orientações

Curriculares para a Educação Pré-Escolar que define as áreas de conteúdo que orientam o currículo neste sector de educação e explicitam o papel do educador de infância na concepção e desenvolvimento do mesmo, na organização do ambiente educativo e ainda nas questões relacionadas com a observação, planificação e avaliação.

O Perfil Específico de Desempenho do Educador de Infância (Decreto-Lei nº 241/01 de 30/8) vem reafirmar e consolidar a vertente intencional da intervenção pedagógica do Educador de Infância, acentuando as suas responsabilidades na concepção e desenvolvimento do currículo "através da planificação, organização e avaliação do ambiente educativo, bem como das actividades e projectos curriculares, com vista à construção de aprendizagens integradas". No que se refere à avaliação, pode ler-se ainda - Capítulo II, ponto 3, alínea e) - que o Educador de Infância "avalia, numa perspectiva formativa, a sua intervenção, o ambiente e os processos educativos adoptados, bem como o desenvolvimento e as aprendizagens de cada criança e do grupo".

Face ao exposto constata-se que a legislação publicada tem como objectivo criar condições para a concretização de uma educação pré-escolar de qualidade no cumprimento da sua função enquanto primeira etapa da educação básica, tendo-se definido os instrumentos que possibilitam a consolidação da intencionalidade educativa deste sector de educação no processo ensino/aprendizagem ao longo da vida.

3. Educação Pré-Escolar como parte integrante do sistema educativo

A Lei de Bases do Sistema Educativo assume a educação pré-escolar como parte integrante do mesmo. O Estatuto da Carreira Docentes define os mesmos direitos e deveres profissionais para os docentes da educação pré-escolar, dos ensinos básico e secundário. Já referenciámos legislação específica que veio consolidar a posição deste sector no sistema educativo, contudo outros documentos/legislação reforçam o posicionamento da educação pré-escolar quer a nível organizacional, quer ao nível das competências, nomeadamente avaliação de alunos.

Referimo-nos, quanto ao primeiro aspecto, ao Decreto-Lei nº115/A /98 de 4/5, Regime de Autonomia e Gestão dos Estabelecimentos de Ensino, que integra os Jardins de Infância públicos nos Agrupa-



mentos de Escolas, conferindo-lhes uma posição de igualdade face aos estabelecimentos dos 1º, 2º e 3º ciclos do ensino básico, com todos os direitos e deveres no que respeita à participação deste sector na dinâmica organizacional e burocrática e, consequentemente, aos Educadores de Infância na participação nos diversos órgãos de gestão e nas estruturas intermédias dos mesmos (conselho de docentes, conselho de titulares de turma, conselho pedagógico...) na consecução das tarefas de carácter administrativo e pedagógico exigidas a todos os docentes.

Ao nível das competências, e no que respeita especificamente à avaliação, a Lei nº 31/02 de 20/12, Sistema de Avaliação da Educação e do Ensino não Superior, que define o sistema de avaliação, refere no artº 2º, pontos 1 e 2, que o referido sistema "abrange a educação pré-escolar" e "aplica-se aos estabelecimentos de educação pré-escolar", atitude coerente e em consonância com o estipulado nas Orientações Curriculares que no Capítulo III refere que é competência do Educador de Infância "Avaliar o processo e os efeitos..." da sua intervenção pedagógica e educativa, assim como o referido no Perfil Específico de Desempenho do Educador de Infância no que diz respeito à competência de avaliar e que já foi citado neste documento. Recentemente, o Ministério da Educação, através da Direcção Geral de Inovação e Desenvolvimento Curricular publicou um documento, datado de 25/11/05, sobre "Procedimentos e práticas organizativas e pedagógicas na avaliação na educação pré-escolar" onde a avaliação é considerada *uma componente integrada do currículo da educação pré-escolar*, que *envolve momentos de reflexão e decisão sobre o projecto pedagógico/curricular*. Refere-se ainda que a avaliação tendo como princi-

Temas fundamentais como "a resposta social às famílias", a "qualidade na Educação Pré-Escolar" e a interpretação deste sector como "parte integrante do sistema educativo" e, concretamente, como primeira etapa da educação básica, são tratados nesta tomada de posição da FENPROF enviada à Assembleia da República

pal função a melhoria da qualidade das aprendizagens (...) implica, no quadro da relação entre o jardim de infância, a família e a escola, uma construção partilhada que passa pelo diálogo, pela comunicação de processos e de resultados, tendo em vista a criação de contextos facilitadores de um percurso educativo e formativo de sucesso.

Ainda no âmbito deste ponto, diversos documentos/Legislação remetem para a articulação entre ciclos, no caso específico entre Pré-Escolar e 1ºCEB, numa perspectiva de sequencialidade/continuidade educativa e de transição para a escolaridade obrigatória e, de tal modo isto é importante que o Despacho do Calendário Escolar, nas regras que determina para a educação pré-escolar, refere no ponto 1.6, que "Na programação das reuniões de avaliação, devem os órgãos de direcção executiva dos estabelecimentos assegurar a articulação entre os educadores de infância e os docentes do 1º ciclo do ensino básico, de maneira a garantir o acompanhamento pedagógico das crianças no seu percurso da educação pré-escolar para o 1º ciclo do ensino básico".

Mas como será possível cumprir estes princípios e regras se a discrepância de

datas entre o calendário escolar da educação pré-escolar e o calendário escolar do 1º ciclo não possibilita momentos comuns a estes procedimentos?

Nas interrupções lectivas do Natal e Páscoa, a primeira semana, período em que decorre o processo de avaliação de alunos e em que as estruturas intermédias reúnem para análise e avaliação do projecto curricular de turma, do projecto curricular de escola, do projecto educativo do agrupamento e de outros suportes pedagógicos de orientação educativa, os Educadores de Infância estão ainda no cumprimento da actividade lectiva. Esta situação agrava-se no 3º período já que os docentes da educação Pré-Escolar se vêem obrigados ao desenvolvimento de actividades educativas/lectivas com as crianças até meados de Julho, sendo-lhes assim vedada a possibilidade de participarem em conjunto com os seus pares nas reuniões promovidas no âmbito do agrupamento a que pertencem nomeadamente as que respeitam à avaliação do projecto educativo, à avaliação do trabalho desenvolvido com as crianças, espaços e momentos fundamentais de articulação e sequencialidade educativa, coordenação das actividades previstas para as crianças dos estabelecimentos que constituem o agrupamento.

Não podemos deixar de referir que esta situação discriminatória só se verifica no Continente. Na Madeira e nos Açores o calendário escolar da educação pré-escolar é o mesmo da educação básica. Um estudo realizado pela FENPROF em 2003, a nível dos países que integram a União Europeia, por via de informação recolhida junto das Embaixadas, permitiu-nos concluir que na maioria dos países o calendário escolar é comum a todos os sectores que correspondem à educação básica, nomeadamente, Bélgica, Dinamarca, Grécia, Espanha, França, Holanda, Inglaterra, Escócia, Irlanda e Luxemburgo.

É por estas incongruências e pelo desajuste entre o que a legislação prevê e o que o Ministério da Educação vem impondo à Educação Pré-Escolar e aos docentes deste sector, que se torna pertinente a intervenção dos Grupos Parlamentares e da Comissão Parlamentar de Educação, Ciência e Cultura junto do Ministério da Educação no sentido de inverter este processo, possibilitando que a educação pré-escolar seja assumida, efectivamente, como a primeira etapa da educação básica, reconhecendo a qualidade pedagógica do trabalho que é desenvolvido pelos Educadores de Infância, o que passa pela aplicação do mesmo calendário escolar que é publicado anualmente para o 1º e 2º ciclos da educação básica. |

José Sócrates O Benemérito!...

É verdade. O primeiro-ministro português será porventura, em relação aos seus antecessores, que tanto criticou, um modelo de primeiro ministro preocupado com o bem-estar dos trabalhadores da administração pública. O não cumprimento da sua promessa de que teriam aumentos que cobrissem o valor da inflação e de que iniciaria a recuperação do poder de compra deverá resultar (apenas!) de uma mera distração, pois as suas preocupações com as OPA's, que não trazem nada de importante para o crescimento do Produto Interno Bruto (de que tanto necessitamos...), são muito mais relevantes do que meros aumentos de salários. Afinal de contas, que importância têm alguns centimos se os compararmos com os milhões dos lucros da Banca ou dos grandes grupos económicos portugueses?

Pois, e porque de centimos se trata, decidi fazer uma revelação extraordinária, necessariamente antecedida do reconhecimento de José Sócrates como o grande mecenas, um benemérito de casta, o extraordinário...

... Isaura foi aumentada 87 centimos por dia.

É verdade! À Professora Isaura, como consta do seu recibo de vencimento, foram atribuídos retroactivos, em resultado da actualização salarial de 2006 para a administração pública, no valor de 51,66 euros, relativos aos meses de Janeiro e Fevereiro. Porém a realidade atinge níveis máximos do ridículo, do humilhante e gera uma revolta tremenda quando fazemos as contas para outras componentes do recibo. Assim, Isaura teve um aumento 12 centimos no subsídio de refeição (4,92 euros de retroactivos) e de 47 centimos/mês por filho no abono de família (1,88 euros de retroactivos).

Esta é a situação de uma professora no 7.º escalão. Que dirão os que se encontram a iniciar as suas vidas profissionais ou, pior ainda, aqueles que, sendo uma percentagem muito significativa dos trabalhadores da administração pública, recebem um salário equivalente ao ordenado mínimo!?

Situação esta tão insustentável que contrasta tanto com os luxos e os bons empregos e os altos rendimentos de uma minoria que vegeta em torno deste poder tão hipócrita quanto arrogante. Comemorar Abril é, também, recusar esta política de amesquinamento da Cidadania e da Democracia. | LL |

Mês de Referência		Processado em	Categoria		Índice	Horário	Venc. Base						
Março de 2006		Março de 2006	Professores do 2º e 3º Ciclos e Sec. - Quadro - Nomeação Definitiva		205	22	1.748,16 €						
<p style="text-align: center;">Nota de abonos e descontos de Remun. Principal</p> <table border="1" style="width: 100%; border-collapse: collapse;"> <thead> <tr> <th>N.º Func.</th> <th>Nome Informático</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>248</td> <td>Isaura Madeira</td> </tr> <tr> <th>N.º Contrib.</th> <td>NIB</td> </tr> </tbody> </table>								N.º Func.	Nome Informático	248	Isaura Madeira	N.º Contrib.	NIB
N.º Func.	Nome Informático												
248	Isaura Madeira												
N.º Contrib.	NIB												
Designação		Abonos		Descontos									
Vencimento		1.748,16 €											
Abono de Família		41,94 €											
Sub. Refeição		90,85 €											
Ret. Vencimento		51,66 €											
Ret. Sub. Refeição		4,92 €											
Ret. Abn. Família		1,88 €											
Sindicatos				17,48 €									
ADSE				18,00 €									
CGA				179,98 €									
IRS				288,00 €									
Acumulado Abon. p/ IRS		5.244,48 €		Acumulado Desc. p/ IRS		890,00 €							
Totais		1.939,41 €		Totais		503,48 €							
Total Líquido				Total Líquido		1.435,96 €							

Obs :

O Serviço Nacional de Saúde é sustentável

O economista Eugénio Rosa realizou um importante estudo sobre o serviço nacional de saúde, a propósito do qual refere que, sendo uma das questões que preocupa mais os trabalhadores o acesso aos serviços de saúde, é preocupante que o Ministro da saúde tenha afirmado "que é necessário aumentar a parcela das despesas da saúde paga pelos utentes, ou seja, pelos trabalhadores, para garantir a sustentabilidade do Serviço Nacional de Saúde".

A pesar de ter recuado em relação ao que disse, devido às reacções que provocou, Correia de Campos "aumentou as taxas das urgências em 23% tornando-as proibitivas para muitos portugueses."

Nesse estudo, o economista demonstra ainda que é possível garantir a sustentabilidade do SNS sem aumentar a parcela paga pelos utentes que, percentualmente, é já uma das mais elevadas entre todos os países da União Europeia.

Eugénio Rosa defende o cabal esclarecimento da opinião pública sobre esta importante matéria e uma ampla mobilização de todos os trabalhadores em defesa de "o direito a um SNS tendencialmente gratuito como estabelece a Constituição da República".

O resumo do estudo

Este estudo releva o facto de em Portugal, entre 1970 e 2003, "a mortalidade infantil ter diminuído em 51,4 pontos percentuais, na Alemanha 18,3 pontos percentuais, na Dinamarca 9,8 pontos percentuais e, nos Estados Unidos, em 13 pontos percentuais", ao mesmo tempo que

"a esperança de vida à nascença aumentou, em Portugal, 9,8 anos; na Alemanha 8 anos; na Dinamarca 3,9 anos; e, nos Estados Unidos, 6,3 anos."

Segundo Eugénio Rosa, "estes ganhos de saúde foram conseguidos com aumento de despesa por habitante, em Portugal, de 1.716 dólares; na Alemanha de 2.726 dólares; na Dinamarca de 2.368 dólares; e nos Estados Unidos com um aumento 5.288 dólares por habitante. Entre 1970 e 2003, em percentagem do PIB, as despesas com a saúde aumentaram em Portugal 7 pontos percentuais; na Alemanha 4,9 pontos percentuais; na Dinamarca 1 ponto percentual; e, nos Estados Unidos, o aumento atingiu 8,1 pontos percentuais."

"Os valores referidos", refere o economista, "incluem as despesas públicas e as despesas pagas directamente pelos utentes, ou seja, por todos os portugueses. Se a análise se circunscrever à parte pública, conclui-se que, em 2003, em Portugal, ela representava apenas 69,7% da despesa total com a saúde. Uma das mais baixas da União Europeia. Na Alemanha atingia 78,2% e, na Dinamarca, 83%."

Um dado muito importante referido nesse estudo tem a ver com a despesa feita com a Saúde, o que inclui as despesas realizadas por todos os ministérios, pois está a diminuir, se calcularmos a percentagem que representa em relação à despesa total com a saúde em Portugal.

Assim, "em 2004, a despesa do Estado com a saúde representava 61,1% da despesa total com a saúde no nosso País e, em 2006, prevê-se que represente apenas 59,5%; isto significa que 40,5% das despesas já serão pagas pelos utentes (portugueses), para além dos impostos e taxas moderadoras que têm de pagar."

O estudo de Eugénio Rosa, que se encontra disponível em www.fenprof.pt, depois de abordar aspectos relacionados com a ineficiência em alguns segmentos do



"O Tribunal de Contas fez, em 2003, uma auditoria ao Serviço Nacional de Saúde tendo concluído que o desperdício de recursos financeiros no SNS atinge 25% do montante afectado à saúde (Regulação da Saúde, Rui Nunes, pág. 39). 25% da despesa prevista do SNS para 2006 corresponde a mais de 2000 milhões de euros."

SNS, de comparar os níveis de desempenho em diversos serviços e de se referir aos custos médios por utente, conclui que a situação é, em muitos casos e numa parte, consequência de uma deficiente utilização dos meios humanos e materiais existentes.

Segundo Eugénio Rosa, "o Tribunal de Contas fez, em 2003, uma auditoria ao Serviço Nacional de Saúde tendo concluído que o desperdício de recursos financeiros no SNS atinge 25% do montante afectado à saúde (Regulação da Saúde, Rui Nunes, pág. 39). 25% da despesa prevista do SNS para 2006 corresponde a mais de 2000 milhões de euros."

Neste estudo é também valorizado o entendimento de que "é possível duplicar a despesa de saúde por habitante sem aumentar a percentagem do PIB que as despesas com saúde já representam. Basta que a economia portuguesa cresça, e que o PIB por habitante em Portugal se aproxime da média comunitária (UE15), já que ele representava, em 2005, apenas 48,7% do PIB médio por habitante comunitário".

A terminar, "eliminar as importantes ineficiências que existem a nível do SNS que segundo o Tribunal de Contas determinam desperdícios em meios financeiros que correspondem a 25% das despesas; e uma política de crescimento económico, portanto não centrada no défice como é a actual" serão as formas de garantir a sustentabilidade do SNS sem que haja um acréscimo das despesas de saúde já pagas pelos portugueses e uma maior sobrecarga óbvia na bolsas familiares. "E isto não se consegue privatizando o SNS".

Escola a Tempo Inteiro na Madeira: Entre benefícios e insuficiências

■ Nélcio de Souza (*Direcção do SPPM*)

«Escolas que são gaiolas existem para que os pássaros desaprendam a arte do voo.»

Rubem Alves

A competitividade, a produtividade, a racionalidade, a rentabilidade, entre outros conceitos hoje dominantes, dão corpo a lógicas poderosas. A Escola a Tempo Inteiro (ETI) é um sintoma ou sinal dos tempos. Ela traduz princípios e opções ditadas pelo mercado.

A realidade social impõe-se: os pais trabalham e precisam de um local para deixar os filhos. A escola torna-se o depósito possível de crianças. É a vida "moderna", dizem. Os governos querem cidadãos competitivos. É a economia, dizem.

Mais escola não corresponde, necessariamente, a melhor escola. As ETI são vendidas como o céu na terra, como se outra opção significasse o caos ou a condenação ao atraso.

Em lugar da sociedade organizar-se de outra forma, para que as famílias possam ter mais tempo para o acompanhamento dos filhos, ou procurar outras respostas e alternativas para ocupação dos meninos, atira-se com todas as incapacidades e contradições (frustrações) da dita modernidade para cima da escola.

Em lugar de transformar-se a escola, insistimos num paradigma com centenas de anos.

Na Madeira, desde os anos 90

A Madeira lançou o projecto da ETI, em 1994, como medida de apoio à família funcionando entre as 8:15 e as 18:15. A esse factor foram sendo acoplados os necessários fins pedagógico-educativos, justificação da guarda dos meninos pela escola, para tornar os miúdos mais competitivos, procurando lhes dar ferramentas como a informática ou o inglês desde tenra idade, como "impõe" a modernidade.

Maior número de professores para a componente extracurricular e a construção

de novas escolas são factores positivos, que se sublinham. Bem como o acesso a certas ferramentas pelas crianças de contextos menos favorecidos.

Fecharam-se já mais de 150 escolas – «seriam equivalentes a 6 mil no País, considerando o rácio de dimensão 1/40, Madeira/País». Soa bem em termos de racionalidade e rentabilidade e não se admite que a conseqüente concentração (massificação), em edifícios de média ou grande dimensão, traz alguns problemas em termos educativos.

Mais alunos num espaço não é igual, necessariamente, a melhor socialização ou sucesso escolar. Criam-se mais factores de tensão e desassossego.

Por outro lado, as ETI a funcionar com dois turnos – regime cruzado – penalizam, com cansaço, os alunos que começam a jornada com a componente extracurricular e têm à tarde a componente curricular.

A maximização de espaços deve prever face ao interesse educativo e pedagógico? Sendo a Educação o futuro e a prioridade da nossa sociedade, não justificaria mais investimento?

Reverso da medalha

O progresso é ambivalente. Animados pela modernidade, os decisores entenderam que o apoio à família justificava os efeitos negativos da ETI, inclusive ao nível pedagógico-educativo, do bem-estar e crescimento equilibrado das crianças.

Um estudo da Secretaria Regional da Educação da Madeira, em 2004 (<http://www.madeira-edu.pt/parse> – clicar em "Avaliação da ETI"), evidencia efeitos nefastos: tempo excessivo passado na escola, cansaço, indisciplina, superescolarização das actividades e menor convívio familiar. Urge ultrapassá-los.

Sem esquecer o menor tempo para o



A escola a tempo inteiro, para funcionar em termos educativos, obriga à reinvenção da escola. Enfatar as crianças de informação, técnicas, actividades e trabalho não é educação de qualidade, mas sim de quantidade.

sonho e a brincadeira, sem ser-se dirigido, sem estar-se confinado ao mesmo espaço. «É difícil ser aluno de ETI na Madeira», disse Ariana Cosme, no ano passado.

Tais efeitos têm repercussão no desempenho e felicidade – esta corre o risco de tornar-se uma ideia retrógrada e dispensável nos tempos que correm – das crianças. Enfartá-las de informação, técnicas, actividades e trabalho não é educação de qualidade. É de quantidade.

Feição produtivista e instrumental

A competitividade manda pressionar o desenvolvimento das crianças para que

creçam mais rápido e se transformem em tecnocratas a partir do berço – o mercado manda.

O ensino é hoje uma actividade mais tecnocrática, frenética, de enchimento das cabeças para ser-se bom em exames e no emprego. O saber viver e ser feliz é secundário – o mercado é alheio.

Mesmo as actividades de tempos livres ou extracurriculares são transformadas em escolarização extra. É preciso mais e mais. Insiste-se mais na instrução. Perde-se o equilíbrio.

Como refere Licínio Lima, docente da Universidade do Minho, a «edificação da escola moderna como organização especializada na transmissão do conhecimento e, especialmente, na socialização das crianças e dos jovens seguiu as orientações mais típicas das ideologias organizacionais da modernidade e do capitalismo.

Em busca da relação óptima entre meios e fins e do princípio do «the one best way», a organização escolar adoptou uma feição produtivista e instrumental, fragmentou o currículo escolar e taylorizou a instrução».

Nessa outra modernidade

Quando o mercado de trabalho não precisar de tantos pais, nessa outra "modernidade", então dir-se-á que não é bom as crianças passarem tanto tempo na escola, num mesmo espaço, em actividades sempre dirigidas por adultos, que passar tanto tempo com muitas outras crianças não é tão benéfico como se julgava, que as referências de adultos, além dos professores, são fundamentais, entre outras ideias que agora são "mentira" e "retrogradas".

Perante a ideia de que há apenas um caminho, um pensamento possível, é preciso pensamento e acção alternativos para contrariar tal dictato e os valores e opções inerentes.

Será a ETI um mal necessário trazido pelas vicissitudes da sociedade actual ou será o mais cómodo? ■

neliodesousa@gmail.com

Ao que chegámos...

■ Manuela Mendonça (*Direcção do SPN e do SN da FENPROF*) *

A semana de 20 a 24 de Fevereiro, semana de greve dos professores e educadores aos prolongamentos de horário no 1º ciclo e às actividades de substituição nos 2º e 3º ciclos do Ensino Básico, começou, logo na 2ª feira, com o anúncio do Primeiro Ministro de que as "aulas de substituição" serão alargadas, já no próximo ano lectivo, também ao ensino secundário. Dizendo não compreender a luta dos professores, foi adiantando que era injusta porque contestava medidas que visam a melhoria da escola pública.

Estas declarações encerram em si muita soberania e muito desrespeito pelos professores. Desde logo, porque ao mesmo tempo que se vai dizendo que os professores têm um papel insubstituível, se ignoram ostensivamente as razões do seu descontentamento. Pior: faz-se subliminarmente passar a mensagem de que eles não estão verdadeiramente interessados na melhoria da educação. Ou, em alternativa, que não são suficientemente inteligentes para perceberem o alcance educativo das medidas que tão sabiamente o Governo lhes tem imposto.

Claro que os problemas existem e há outras formas de os resolver. Só que não coincidem com as que a ministra da Educação idealizou e portanto não são consideradas por quem se julga investido de uma missão transcendente, está convicto de que tem as soluções e não admite ser contrariado.

É assim completamente irrelevante para quem nos governa que milhares de professores tenham durante esta semana reafirmado que, independentemente das intenções subjacentes a muitas destas medidas, estas se têm traduzido, na prática, num "faz-de-conta": "faz-de-conta" que os alunos estão envolvidos em actividades significativas durante os furos; "faz-de-conta" que a indisciplina diminuiu só porque foi transferida dos recreios para as salas de aulas, onde muitos professores se vêem obrigados a fazer o que os auxiliares de acção educativa faziam em anos anteriores; "faz-de-conta" que os professores têm condições nas escolas para fazer o trabalho que habitualmente fazem em casa e continuam a dispor de tempo suficiente para preparar as suas aulas, elaborar materiais pedagógicos e fazer a avaliação contínua dos alunos; "faz-de-conta" que o desgaste acrescido a que os professores estão sujeitos não tem levado já alguns dos mais empenhados (e que nunca faltavam) a ter que faltar.

Extraordinário é que alguém com responsabilidades nesta área possa pensar que a desvalorização social dos professores, a descaracterização do conteúdo funcional da profissão docente e a degradação das suas condições de trabalho possam alguma vez reverter em melhor educação para as crianças e jovens com quem, e para quem, os professores e educadores trabalham.

O episódio do final da semana é apenas mais um exemplo do autoritarismo (que alguns apelidam de determinação) da actual ministra de Educação. Depois de, em Junho de 2005, ter ameaçado com processos disciplinares e faltas injustificadas os professores que não cumprissem os serviços mínimos (tornados máximos, já que todos estavam convocados) e de, em 18 de Novembro, dia em que os docentes portugueses fizeram a maior greve nacional dos últimos 15 anos, ter divulgado um estudo inacabado sobre as faltas dos professores, quase já nem surpreende que, no final do último dia de greve, o ME tenha anunciado a possibilidade de descontar o salário de um dia de trabalho aos docentes que tenham faltado apenas a alguns tempos da componente não lectiva, situação devidamente enquadrada no pré-aviso de greve. Isto apesar de o mesmo ME ter tornado pública na semana anterior uma orientação para as escolas sobre a forma como deviam ser calculados estes descontos por tempos.

A frequência destas tristes ocorrências não nos pode levar a aceitar como normal a arrogância ou o recurso à intimidação e à ameaça. O Primeiro Ministro tem repetido que lamenta a atitude dos professores e lamenta a atitude dos sindicatos. Eu também lamento, e confesso que nunca esperei, ver um Governo do Partido Socialista, 32 anos depois do 25 de Abril, com tanta falta de cultura democrática... ■



Carta enviada ao "Público", Março 2006



Concentração à porta do ME

Uma escola de qualidade verdadeiramente inclusiva exige mais vagas para a educação especial

Desde há muito que a FENPROF exige alterações na organização dos concursos para os docentes de Educação Especial, que respondam a uma dupla necessidade: um significativo alargamento do número de vagas para esta área do nosso Sistema Educativo, por forma a garantir um efectivo apoio a todos os alunos com necessidades educativas especiais, no contexto de uma Escola Pública, de Qualidade, Gratuita e Inclusiva e, em simultâneo, a promoção de uma efectiva e adequada estabilidade profissional destes docentes.

vamente postas a concurso: 2155, apesar de repetidamente o ME ter anunciado que seriam acima das 3000.

Este número é claramente insuficiente, já que neste ano lectivo estão destacados, em funções de educação especial, cerca de 7500 docentes. Para além de não ser previsível, ou aceitável, que, no próximo ano lectivo, os alunos com necessidades educativas especiais abandonem o sistema educativo ou sejam transferidos para instituições particulares e da rede social, é sentida, há vários anos, uma maior necessidade de apoio da educação especial nas escolas.

Com esta redução, o ME:

- presta um péssimo serviço às crianças e jovens com necessidades educativas especiais e descara a sua responsabilidade perante as escolas e a sociedade;
- comete uma grave ilegalidade, pois o número reduzido de vagas resulta da consideração, apenas, das necessidades educativas especiais de carácter prolongado, que contraria o disposto no Decreto-Lei n.º 319/91, de 23 de Agosto, entre outros quadros legais;
- contraria Convenções Internacionais

subscritas pelo Governo Português, nomeadamente a Declaração de Salamanca;

- afasta da Educação Especial muitos docentes especializados, ao não considerar a aquisição da sua especialização como profissionalização para este grupo de docência e ao penalizar profissionalmente os que venham a optar por este quadro;

- induz uma nova forma de instabilidade profissional, instituindo, na prática e, por

esta via, os "quadros de agrupamento", numa lógica de gestão e de poupança de recursos de que resultará, inevitavelmente, uma diminuição da qualidade educativa na prestação dos serviços de educação especial, aos alunos com NEE;

Como se as medidas não bastassem, o ME/Governo confronta os educadores e professores, ainda, com um elevado grau de autoritarismo, prepotência e com uma profunda falta de sensibilidade relativamente às questões da Educação Especial e com a sua completa indiferença perante as consequências das medidas tomadas.

Pelas razões enunciadas, a FENPROF denuncia, junto dos responsáveis do Ministério da Educação e da Opinião Pública, com muita preocupação, a situação extremamente negativa que resulta do número reduzido de vagas postas a concurso para a Educação Especial e as suas consequências nefastas para a construção de uma Escola Pública, Democrática, de Qualidade, Gratuita e verdadeiramente Inclusiva. ■

Como se as medidas não bastassem, o ME/Governo confronta os educadores e professores, ainda, com um elevado grau de autoritarismo, prepotência e com uma profunda falta de sensibilidade relativamente às questões da Educação Especial

Milhares de postos de trabalho suprimidos, redução do número de docentes de educação especial em apoio directo às escolas e jardins de infância, abandono da concepção mais inclusiva da educação especial, negando as resoluções e convenções internacionais sobre esta matéria, recusa de consideração das taxas de incidência, nomeadamente as que deveriam decorrer da avaliação realizada pelo próprio Conselho Nacional de Educação... uma imensa listagem de provas que revelam quanto afastado da Escola Inclusiva andam este ministério e este governo. Porém, se já era grave a forma como o poder olha as necessidades educativas especiais e a necessidade de recursos humanos, os professores têm razões para grande insatisfação, pois o concurso de professores que se realizou recentemente discrimina indevidamente docentes, por razões que se prendem com a mera designação dos cursos que realizaram. Por esse motivo a FENPROF lançou em todo o país um abaixo-assinado que se encontra a ser subscrito e cujo texto aqui se divulga.



ABAIXO-ASSINADO

Docentes de Educação Especial exigem igual tratamento

A actual legislação de concursos – Decreto-Lei n.º 20/2006, de 31 de Janeiro – refere que, no que respeita à definição de formação especializada para os grupos de recrutamento de Educação (E1, E2 e E3), “... docentes portadores de qualificação profissional para a docência, desde que sejam portadores de habilitação para a educação especial, de acordo com os normativos em vigor”.

Assim, face à legislação e, sobretudo por força do Aviso n.º 2174-A/2006, Cap. V, ponto 3.4.1., a), um docente habilitado para o grupo de recrutamento E1 poderá concorrer, em primeiro ou segundo lugar, conforme tenham “*formação especializada acreditada nos termos do Decreto-Lei n.º 95/97, de 23 de Abril, no domínio dos problemas cognitivos, dos problemas motores ou da multideficiência*” ou formação especializada em “*Educação Especial, acreditada nos termos do citado diploma cujo certificado e/ou diploma não explicitem o domínio da especialização*”.

Estas definições constituem uma forma de hierarquização dos cursos de especia-

lização, a nosso ver, arbitrária, porquanto, dentro do mesmo domínio, todos os cursos de especialização, desde que enquadrados na legislação em vigor, estão revestidos do mesmo estatuto científico-pedagógico.

A criação de dois níveis para os cursos de especialização que conferem habilitação para o grupo de recrutamento E1 vem, pois, acrescentar novas distorções ao concurso para os lugares de quadro de Educação Especial, (a somar à não ponderação do tempo de serviço em educação especial, para além de 365 dias, ou à não consideração da classificação dos cursos de especialização para determinação da graduação profissional), que urge corrigir, ainda no âmbito deste concurso, de modo a salvaguardar o princípio da justiça, a que deve obedecer a organização de um concurso público.

Assim, os docentes abaixo-assinados reclamam que:

- Todos os cursos de especialização que conferem a habilitação especializada para o grupo de recrutamento E1 sejam reconhecidos de igual forma como qualificação para este domínio de Educação Especial. |

Poder, jornalismo e comunicação social

Importantes contributos em dois livros de Fernando Correia

“Jornalismo, Grupos Económicos e Democracia”



É uma realidade inconteste que os media (entendidos aqui no sentido restrito de órgãos de comunicação social) ocupam hoje um lugar central na nossa sociedade. Isto deve-se à força da sua influência conjunta, em particular daqueles que iremos caracterizar como os *media dominantes*, mas, essencialmente, ao peso da televisão, quer sobre a opinião pública e a consciência social quer sobre os outros meios; à transformação dos media em geral num importante ramo de negócios que implica vultuosos investimentos, mas também capaz de gerar enormes lucros, no que se refere às grandes empresas do sector; ao enorme poder dos media – isto é, – *daqueles que têm o poder nos media* – sobre os políticos e as instituições políticas à escala nacional e mundial – deste modo provocando uma perigosa perversão no funcionamento da democracia.

“Os Jornalistas e as Notícias?”



Quem são os jornalistas portugueses, o que fazem e como fazem? Qual tem sido a evolução da paisagem mediática em Portugal? Quais os traços marcantes da última década? Quais as relações entre a publicidade e as notícias? Que papel desempenham na actividade jornalística a cultura e a ideologia profissionais, a organização do trabalho na sala de redacção e o enquadramento na empresa? Que valores e que critérios, e porquê estes e não outros,

presidem à elaboração das notícias? Qual a importância do mercado e da concorrência e quais os seus reflexos no plano ético? O que diferencia a situação dos jovens jornalistas e da elite jornalística? Quais as tendências de evolução e as novas responsabilidades que se colocam a este grupo profissional? Eis algumas das questões que este livro procura ajudar a esclarecer, no quadro da análise da prática jornalística e da autonomia dos jornalistas. Contrariando a visão redutora que vê no jornalista o grande e exclusivo culpado das derrapagens mediáticas dos nossos dias,

mas sem transigir com estratégias de desculpabilização nem alimentando mitos do passado, pretende-se contribuir para uma melhor compreensão de uma profissão e de profissionais muito falados mas mal conhecidos. Fernando Correia é jornalista profissional e actualmente chefe de redacção da revista «Vértice» e editor de publicações periódicas da Editorial Caminho. Desenvolve igualmente actividade docente na área do Jornalismo. É licenciado em Filosofia e mestre em Comunicação, Cultura e Tecnologias de Informação. ■



Fernando Correia é licenciado em Filosofia pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa e Mestre em Comunicação, Cultura e Tecnologias da Informação pelo ISCTE. É Professor Associado Convidado na Licenciatura em Ciências da Comunicação e da Cultura da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Área de Jornalismo, de cujo Conselho Científico faz parte. Lecciona igualmente no Mestrado em Comunicação nas Organizações (ULHT), no Curso de Pós-Graduação em Jornalismo, organizado pelo

Departamento de Sociologia do ISCTE e pela Escola Superior de Comunicação Social, e no Mestrado em Comunicação, Cultura e Tecnologias da Informação (ISCTE).

É membro fundador e investigador do Centro de Investigação Media e Jornalismo (CIMJ) e integra a Comissão de Redacção da *Media & Jornalismo*, revista do CIMJ.

Jornalista desde 1966 (Carteira Profissional n.º 51), é Chefe de Redacção da revista *Vértice* e Editor de publicações periódicas da Editorial Caminho, membro do Conselho Geral do Sindicato dos Jornalistas, membro fundador do Clube de Jornalistas, membro do júri dos Prémios Gazeta de Jornalismo e Director Editorial da revista *JJ-Jornalismo e Jornalistas*. Pertenceu às comissões organizadoras dos três congressos de jornalistas portugueses já realizados.

É autor, nomeadamente, de *Os Jornalistas e as Notícias. A Autonomia Jornalística em Questão*, Lisboa: Editorial Caminho (1.ª edição, 1997, 4.ª edição, 2003), e *Jornalismo e Sociedade*, Lisboa: Editorial Avante, 2000. Apresentou dezenas de comunicações em seminários, debates, conferências e congressos, relacionadas com os media e o jornalismo, parte das quais editadas em jornais e revistas e em obras colectivas. ■





Contrato de Primeiro Trabalho (CPE)

França: opinião pública, estudantes e sindicatos contra a injustiça

■ José Janela (*Direcção do SPZS e membro do CN da FENPROF*)

A França está novamente no centro das atenções devido aos conflitos sociais centrados em alterações da legislação laboral. A contestação ao CPE é o motivo central.

A Lei do CPE diz «As condições em que está a ser praticado e os seus efeitos sobre o emprego serão objecto, o mais tardar até ao fim de 2008, de uma avaliação por uma comissão associando organizações de empregadores e de assalariados.» no entanto, a aprovação da Lei não foi antecedida por qualquer negociação. Houve somente um breve debate na Assembleia Nacional.

O CPE não recolhe o consenso no próprio partido UMP dirigido por Sarkozy, que apoia o governo Villepin. O diário "Le Monde" afirma: "nunca, desde a sua chegada a Matignon, Villepin recebeu um tal suporte da sua maioria: como uma corda suporta o enforcado". A apoiar abertamente o CPE estão o MEDEF (a confederação patronal), um sindicato estudantil minoritário de direita ligado ao UMP e pequenos movimentos estudantis de extrema-direita que foram protagonistas de agressões a manifestantes anti-CPE (em Paris e Toulouse). Os partidos da oposição estão contra o CPE, François Hollande, secretário geral do PS disse "temos de lutar contra o CPE por todos os meios".

O Movimento começou nos estudantes universitários através dos seus sindicatos mais representativos logo acompanhado por

vários sindicatos de trabalhadores. As manifestações de Março foram unitárias com as cinco principais confederações sindicais de trabalhadores, incluindo a CFDT. Os sindicatos dos estudantes dos liceus também se juntaram ao movimento. A Federação de Pais de Alunos também apelou a participação nas manifestações.

O que é o CPE?

É o contrato primeiro emprego para os jovens com menos de 26.

Qual é o período em que um trabalhador está à experiência?

Passa de 1 a 3 meses para 2 anos.

Os direitos dos trabalhadores são alterados?

Com um CPE o trabalhador fica fragilizado, pois o empregador não tem que se justificar, pode despedir um trabalhador/a que se recuse a fazer horas extraordinárias, que tenha exigências salariais, de condições de trabalho, que esteja sindicalizado, ou ainda que esteja doente ou grávida.

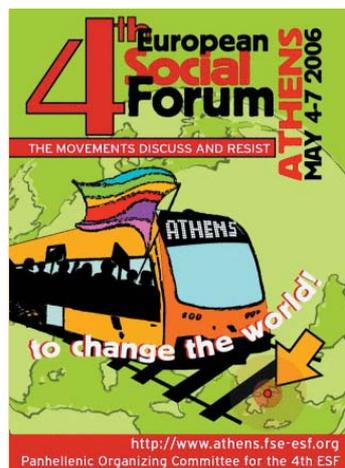


Para mais informações consultar: www.stopcpe.net

Colectivo Unitário Stop CPE que agrupa 14 organizações das juventudes dos sindicatos de trabalhadores, dos partidos de esquerda e dos sindicatos estudantis.

www.paris.indymedia.org

Centro de Média Independente de Paris (da rede www.indymedia.org) onde a cobertura dos acontecimentos é feita em permanência. |



IV Fórum Social Europeu Atenas, 4 a 7 de Maio

A Assembleia preparatória do IV FSE decorreu entre os passados dias 3 e 7 de Março, em Frankfurt, na Alemanha.

Em foco estiveram, entre outros, aspectos relacionados com a programação do IV Fórum a realizar de 4 a 7 de Maio próximo na capital da Grécia, Atenas.

Para mais informações, visite: <http://www.fse-esf.org/>

Iraque

Três anos de ocupação



Mais de 50 organizações de diversos quadrantes da sociedade portuguesa, incluindo o Conselho Português para a Paz e Cooperação (CPPC) e a CGTP-IN, assinalaram três anos de invasão do Iraque e três anos de resistência do povo iraquiano à ocupação. As iniciativas decorreram em Lisboa (Largo de Camões), no dia 18, e no Porto (Pr. D. João I e Teatro Rivoli), no dia 19.

Como foi recordado, os trabalhadores e o povo português manifestaram-se massivamente em Outubro de 2002, em 15 de Fevereiro e em 20 de Março de 2003, em expressivas acções populares e unitárias pela Paz.

É um facto que contra a opinião pública mundial e as instâncias internacionais o imperialismo fez prevalecer a força sobre o direito, lembraram os participantes nas iniciativas de Março de 2006, realizadas um pouco por todo

o mundo, nomeadamente na Europa, nos EUA e na Ásia.

Todos os dias nos chegam imagens da violência que se vive no Iraque, dos crimes de guerra cometidos pelas tropas de ocupação, mas também da resistência de um povo, que luta contra a ocupação do seu país e que é merecedor do nosso apoio - esta foi uma das mensagens em destaque nas concentrações realizadas no nosso país. Na jornada de Lisboa a actriz Maria do Céu Guerra deu a conhecer o manifesto subscrito pelas 57 organizações promotoras da concentração, à qual chegou uma mensagem do presidente da Aliança Patriótica Iraquiana. "Estamos convictos de que as vossas vozes se elevam com determinação e regozijo pelo

movimento da resistência iraquiana. A solidariedade que expressam é um elemento de fundamental importância para nos ajudar a libertar o Iraque e alcançar a paz", realça a mensagem enviada por Abdul Jabbar al-Kubaysi.

"Reafirmamos o nosso veemente repúdio pela invasão e ocupação do Iraque pelas tropas dos EUA e seus aliados e exigimos a sua retirada imediata e incondicional e a devolução da soberania ilimitada ao povo iraquiano. Instamos igualmente o Governo português a respeitar a Constituição da República e acabar, de uma vez por todas, com o envolvimento directo ou indirecto de Portugal nesta guerra de agressão e pilhagem", sublinha, entretanto, uma nota divulgada pela CGTP-IN. ▮

XX Encontro Galego-Português de Educadores pela Paz abordará a Educação para o Desenvolvimento

No fim de semana de 28 a 30 de Abril terá lugar a vigésima edição do Encontro Galego-Português de Educadores/as pela Paz, tendo como tema de debate a educação para o desenvolvimento: aprender a solidariedade. Os Encontros galego-portugueses realizam-se alternadamente em Portugal e na Galiza e este ano terão lugar no Hotel Torre de Núñez, em Lugo. Como em edições anteriores, será organizado pela Associação Galego-Portuguesa de Educação para a Paz, pelos Educadores/as para a Paz-Nova Escola Galega, pelo Dto. de Pedagogia e Didáctica da Universidade da Corunha e pelo Movimento dos Educadores para a Paz de Portugal (MEP).

O Encontro começará na sexta-feira, dia 28, às 18 horas com uma sessão de jogos cooperativos, a que se seguirá a Conferência/Debate: "Educação para o desenvolvimento: Aprender os direitos humanos e a solidariedade nas nossas escolas" por Jurjo TORRES SANTOMÉ, Catedrático da Universidade da Corunha e autor de numerosos livros.

A manhã de sábado será dedicada às oficinas: "Os jogos cooperativos na educa-

ção física", "Danças do Mundo", "A risoterapia na educação", "Precisa-se de um amigo/a", "Outros povos, outras culturas", "Contos para a Paz a partir da diversidade".

Na tarde de sábado haverá duas conferências. Na primeira, "Uma Educação para o desenvolvimento e o meio ambiente" intervirá Viriato SOROMENHO MARQUES, professor catedrático da Universidade de Lisboa, Joaquim Pinto, presidente da Associação Portuguesa de Educação Ambiental, Jesús Ángel REMACHA ELVIRA, presidente da Acção Educativa de Madrid, e terá como moderador Américo NUNES PERES, professor da Universidade de Trás os Montes e Alto Douro.

A segunda conferência terá como tema: "A globalização e os movimentos alternativos", será proferida por Carlos TAIBO, professor da Universidade Autónoma de Madrid e moderada por Xesús Jares, catedrático da Universidade da Corunha e presidente da AGAPPAZ.

O Encontro termina no domingo de manhã

Os Encontros galego-portugueses realizam-se alternadamente em Portugal e na Galiza e este ano terão lugar no Hotel Torre de Núñez, em Lugo



com a apresentação de experiências e de comunicações que serão moderadas por Glória RAMIREZ, da UNAM, México e a solta da Pomba da Paz na Praça Maior de Lugo. ▮

Os interessados em participar podem entrar em contacto com:

PORTUGAL: EB1 nº 8 do Barreiro, Rua de Cabo Verde, 2830 Barreiro (Portugal)

Telef/Fax.: 212 03 34 19 (Helena Proença)

Correio electrónico: helena.proenca@netvisao.pt

COMITÉ ORGANIZADOR

Asdo. Xesús R. Jares (Coordenador de Educadores/as pela Paz-Nova Escola Galega).

Correio electrónico: jares@udc.es

«Atelier» da IE em Sesimbra

Por iniciativa da estrutura pan-europeia da Internacional de Educação (IE) - Comité Permanente do Ensino Superior e Investigação decorreu, entre os dias 16 e 18 de Março, em Sesimbra, um atelier subordinado ao tema "Os novos desenvolvimentos no Ensino superior e na Investigação: consequências para o pessoal académico".

As questões relacionadas com a mobilidade do pessoal docente no quadro do Processo de Bolonha mereceram particular destaque, como sublinhou à reportagem do «JF» Paul Bennett, da IE e do NATFHE (The University & College Lecturers' Union).

Além de várias matérias relacionadas com o Processo de Bolonha e a participação dos docentes, estiveram em foco nesta reunião internacional o balanço da Conferência da IE sobre ensino e investigação realizada em Melbourne, na Austrália, em

Dezembro de 2005; o trabalho do Comité Sindical Europeu de Educação, nomeadamente o balanço das reuniões de Dezembro no Luxemburgo; os resultados dum questionário lançado pela IE; o funcionamento da União Europeia (ECOSEC, órgão consultivo - tema apresentado por Mário David Soares); iniciativas e matérias de internacionais no âmbito da OCDE e UNESCO e os próximos encontros de trabalho da organização.

Em Fevereiro de 2007, a IE realizará uma conferência preparatória e um seminário sobre a mobilidade, iniciativas que decorrerão antes da conferência ministerial prevista também para a capital inglesa em Maio do próximo ano.

João Cunha Serra e Manuel Pereira dos Santos, do Departamento de Ensino Superior e Investigação da FENPROF, participaram neste encontro de Sesimbra. JPO



 ASSOCIAÇÃO PARA O ENSINO BENTO DE JESUS CARAÇA
ESCOLA PROFISSIONAL BENTO DE JESUS CARAÇA

O TEU FUTURO!!

www.epbjc.pt 2006/07
(Inscrições abertas)*

- > Animador Sociocultural/Organização e Planeamento
- > Gestão
- > Higiene e Segurança do Trabalho e Ambiente

Barreiro | Largo da Qt.ª Grande, n.º 11 - Barreiro | Tel. 212064790

- > Animador Sociocultural/Organização e Planeamento
- > Construção Civil

Beja | R. do Touro, n.º 22, - Beja | Tel. 284329110

- > Artes Gráficas
- > Comunicação, Marketing, Relações Públicas e Publicidade
- > Informática de Gestão

Lisboa | R. Vítor Cordon, n.º 1- 1.º - Lisboa | Tel. 213255353/4

- > Museografia Arqueológica
- > Turismo Ambiental e Rural

Mértola | Achada de S. Sebastião, - Mértola | Tel. 286612633

- > Gestão e Programação de Sistemas Informáticos
- > Informática de Gestão
- > Secretariado

Pedôme (V. N. Famalicão) | R. da Escola (antiga EB 1,2 e 3) - Pedôme | Tel. 252906658

- > Gestão e Programação de Sistemas Informáticos
- > Comunicação, Marketing, Relações Públicas e Publicidade

Porto | R. do Bonjardim, n.º 497, 1.º - Porto | Tel. 222054713

- > Informática de Gestão
- > Gestão de Equipamentos Informáticos

Seixal | R. Júlio Augusto Henriques, n.º 53 Lojas 3/4 | Tel. 212275290
Passo Alexandre Braga - Seixal



Habilitações de ingresso: 9.º ano

Duração dos cursos: 3 anos lectivos

Habilitações à saída: 12.º ano de escolaridade

Certificação Profissional de nível III da UE

*Abertura das turmas condicionada

à aprovação do Ministério da Educação

 "por Alentejo"

 prodep III

 UNIÃO EUROPEIA
Fundo Social Europeu

Maior exposição europeia sobre Frida Kahlo no CCB em Lisboa até



A maior e mais completa exposição sobre a obra da pintora mexicana Frida Kahlo realizada nas últimas décadas na Europa pode agora ser apreciada no Centro Cultural de Belém(...).

Depois de ter passado pela Tate Modern de Londres e

a Fundación Caixa Galicia, em Santiago de Compostela, cabe à capital portuguesa receber 26 obras provenientes do Museu Dolores Olmedo, no México, onde se encontra a maior coleção mundial da artista.

Passados 51 anos sobre a sua morte, a pintura de Frida Kahlo (1907-1954) continua a despertar o interesse do público devido à sua arte controversa e à história da sua vida, marcada pelo sofrimento físico devido à doença e por amores difíceis.

Entre 1926, quando pintou o seu primeiro auto-retrato, e a sua morte, quase trinta anos depois, Kahlo produziu cerca de duas centenas de quadros.

A relação amorosa com o pintor muralista mexicano Diego Rivera despoletou o lançamento da sua carreira, mas Frida Kahlo viria a consolidar a sua obra e a tornar-se a pintora mexicana mais conhecida em todo o mundo, conseguindo expor os seus quadros, ainda em vida, nomeadamente no meio artístico de Nova Iorque.

"Pensaram que eu era Surrealista, mas nunca fui"

A obra de Kahlo foi influenciada por uma época de grande ebulição política e social, mas ficou marcada sobretudo pela vivência pessoal da artista, que fez de si própria

o tema principal dos quadros que pintava.

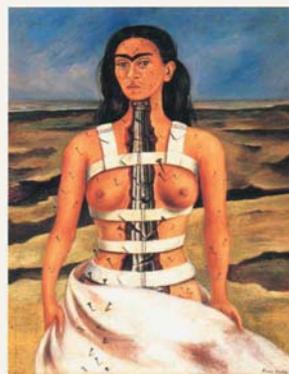
Amante da cultura tradicional mexicana, em especial do legado Azteca, esta artista autodidacta desc Surrealista, mas nunca fui. Nunca pintei sonhos, só pintei a minha própria realidade", disse um dia Frida Kahlo.

Aos 16 anos, quando seguia para a escola num autocarro, sofreu um acidente de viação que a forçou a ficar acamada durante muito tempo, mas essa situação infeliz proporcionou as condições para começar a pintar.

Devido ao grave acidente sofrido, a artista passou grande parte da sua vida imobilizada, foi alvo de diversas operações, não conseguiu ter filhos, como muito desejou, e padeceu

sempre de dores fortes.

Este sofrimento é expresso em quadros como "A Coluna Partida" (1944), "O Camião" (1929),



"A Coluna Partida" (1944)

Pintura

Picasso: uma exposição diferente em Madrid

Até 23 de Maio, podem ser apreciados no Museu Nacional/Centro de Arte Rainha Sofia, em Madrid, 13 quadros de Pablo Picasso, resultado de um empréstimo especial do Museu Nacional Picasso da capital francesa.

As obras, expostas na mesma sala da coleção permanente do museu, oferecem "ao público a possibilidade de contemplar, reunido, este singular conjunto de trabalhos do pintor", sublinha em comunicado a direção do museu madrilenho. Esta exposição inédita "ilustra melhor o período picassiano centrado em Marie-Thérèse Walter como musa do artista e a sua fase criativa do pós-guerra", segundo o diário "El País".

"A leitura" (1932) e "Nu no Jardim" (1934) são dois dos trabalhos em destaque agora em Madrid. No próximo Verão será organizado um grande certame comemorativo dos 25 anos da chegada de "Guernica" a Espanha. ■



Cinema

Festiroia escolhido para atribuição de prémio de Arte e Ensaio

A Confederação Internacional dos Cinemas de Arte e Ensaio (CICAE) escolheu este ano a 22ª edição do Festival de Cinema "Festiroia" (Setúbal, de 2 a 11 de Junho próximo) para atribuir o seu prémio anual, revelou a organização do certame. O galardão pretende "distinguir e apoiar um filme de grande qualidade artística e humanista".

A organização do "Festiroia" considera que a escolha se deve "ao reconhecimento da qualidade artística e criativa dos filmes habitualmente exibidos no festival" e que o certame "fica em condições de apoiar ainda mais a difusão internacional das obras em competição, provenientes de países que não produzem mais de 30 filmes por ano".

O filme distinguido com o Prémio de Arte e Ensaio beneficiará da acção promocional *Cinediversité*, que consiste em apoiar a sua exibição em várias salas de cinema, principalmente na Alemanha, França e Itália.

Além de sugerir o filme para que seja divulgado em diversas salas, de colocar cópias em circulação e de informar o público acerca da película galardoadada, a CICAE assegura ainda a promoção do filme premiado junto dos distribuidores e de numerosos festivais. Fundada em 1955, a CICAE visa a cooperação internacional das federações ou associações dos teatros cinematográficos de arte e ensaio,



agindo junto das autoridades nacionais para que apoiem e reconheçam o cinema de arte e ensaio e promovendo as obras cinematográficas que considera de qualidade nos países aderentes. Presentemente, a CICAE integra mais de 400 salas de arte e ensaio em 18 países e, em Portugal, apenas três salas são reconhecidas pela organização, uma das quais é o Auditório Charlot, em Setúbal, onde decorre parte da programação do "Festiroia".

Em 2004, na 20ª edição do Festiroia, a CICAE manifestou-se solidária com a organização do festival que se viu quase comprometida por falta de fundos. Na altura, a confederação considerou que o Festiroia "desenvolve, desde 1985, uma política inovadora em favor do cinema de autor, com uma abertura muito particular aos novos países produtores e novos realizadores". *Lusa*, 6/03/2006 ■

21 de Maio



"O Autocarro" (1929)

"Unos Quantos Piquetitos" (1935), "Hospital Henry Ford" (1932) e "Auto-Retrato com Macaco" (1945).

Esta exposição inclui também uma colecção de fotografias e objectos pessoais pertencentes àquele museu mexicano e que oferecem um registo da vida do artista desde a infância até à sua morte.

A exposição ficará patente até 21 de Maio. | *Lusa*, 17/02/2006

Até 30 de Junho

"Bicentenário de Bocage: o poeta através da imprensa" e "Impressões Fotográficas": exposições no Porto

Na sede do Museu Nacional da Imprensa estão patentes ao público até 30 de Junho as exposições "Bicentenário de Bocage: o poeta através da imprensa" e "Impressões Fotográficas".

A mostra sobre Bocage pretende evocar a sua vida e obra através da imprensa, celebrando o bicentenário da morte de um dos maiores poetas de língua portuguesa.

É composta por várias publicações periódicas e livros, podendo ver-se poemas e sonetos do autor, bem como livros de Teóphilo Braga e Hernâni Cidade, sobre Bocage.

A repercussão na imprensa do centenário da morte, em 1905, e do bicentenário do nascimento, em 1965, pode ser apreciada nos diversos jornais expostos, com destaque para a primeira notícia que se publicou sobre Bocage, na *Gazeta de Lisboa*, depois da sua morte.



Esta exposição insere-se na linha de outras que o Museu Nacional da Imprensa tem realizado sobre grandes figuras da literatura nacional e estrangeira: Júlio Verne, Victor Hugo, Eça de Queiroz, Almeida Garrett e Cervantes.

A exposição "Impressões Fotográficas" é constituída por 72 fotografias sobre o espólio do Museu Nacional da Imprensa e resulta de um desafio lançado a oito fotógrafos:

Alfredo Cunha, Augusto Baptista, Francisco Ávila, Gaspar de Jesus Jorge Viana Basto, João Paulo Sottomayor, Pereira de Sousa e Ricardo Fonseca.

O olhar especial de cada fotógrafo reteve o melhor da colecção do Museu que integra dezenas de relíquias tipográficas.

As exposições podem ser visitadas no horário habitual do Museu: todos os dias, incluindo domingos e feriados, das 15h às 20h.

O Museu está instalado na cidade do Porto, a montante da Ponte do Freixo e a cinco minutos da Estação CP/Metro de Campanhã.

Cartoons

"Água com Humor" na Graciosa



O Museu Nacional da Imprensa apresenta até 30 de Abril, no Museu da Graciosa, nos Açores, a exposição "Água com Humor", que integrou as comemorações do Dia Mundial da Água.

Constituída por cerca de 40 cartoons, a exposição apresenta os melhores trabalhos do V Porto Cartoon-World Festival, que teve como tema a "Água" em sintonia com a designação da

UNESCO para 2003: Ano Internacional da Água. Este tema mobilizou cartunistas de todo o planeta para o problema da escassez de água no mundo, podendo ser vistos, na exposição, trabalhos provenientes de países tão diferentes como a Albânia, a Colômbia, a China, Cuba, Irão, o Peru, para além dos principais países europeus.

Os cartoons expostos ajudam o público a pensar sobre hábitos, carências e insensibilidades humanas perante a crescente escassez de água a nível planetário.

O PortoCartoon é um festival internacional realizado anualmente pelo Museu Nacional da Imprensa, sendo considerado pela FECO (Federation of Cartoonists Organisations), um dos três principais festivais de desenho humorístico do mundo.

O famoso cartunista francês, Georges Wolinski, presidente do júri do PortoCartoon, dedica uma página do seu mais recente livro "Les Carnets de Voyage" à viagem que realizou ao Porto, em 2004, na qualidade de membro do júri do PortoCartoon-World Festival.

A exposição "Água com Humor", que já foi vista por milhares de pessoas nos vários locais por onde passou, incluindo a Galiza, é valorizada pelo álbum "Água com Humor", uma co-edição do Museu Nacional da Imprensa e das Edições ASA.

A exposição pode ser visitada no seguinte horário: de segunda a sexta-feira, das 9h00 às 12h30h e das 14h00 às 17h30.

Multimedia

Inventário do património imóvel dos Açores em CD-ROM



O IAC-Instituto Açoriano de Cultura promoveu, nas Lajes do Pico, o lançamento da edição multimédia (CD-ROM) dos Inventários do Património Imóvel dos Concelhos da Ilha do Pico.

Toda a informação do Inventário do Património Imóvel desta ilha constante dos três livros publicados (concelhos de São Roque, Madalena e Lajes do Pico) está agora reunida e acessível num único CD-ROM, uma edição da Direcção Regional da Cultura e do IAC que permite o acesso rápido e fácil a essa informação, inclusivamente navegar a partir de uma base cartográfica da ilha e descer ao pormenor de cada um dos casos inventariados, identificando o seu local preciso de implantação no terreno. Paralelamente a este lançamento, o IAC-Instituto Açoriano de Cultura apresentou o sítio do Inventário do Património Imóvel dos Açores (www.inventario.iacultura.pt) com uma nova imagem e organização, aproximando a imagem do site à do CD-ROM.

Teatro

"Gente feliz com lágrimas"



Em digressão pelo País, o Grupo "O Bando" apresenta "Gente feliz com lágrimas", um texto de João de Melo com encenação de João Brites e interpretação de Nelson Monforte e Sara Castro. No dia 22 de Abril, às 21h30, a peça será apresentada no Cine-Teatro de Alcobaca. Informações pelo telefone 262580890.